UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NICOLE COSTA

Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos

BRASÍLIA

2023

NICOLE COSTA

Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos

Monografia apresentada à Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília — UnB, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Dr.ª Cristina Massot Madeira Coelho

BRASÍLIA

2023

Dedico esta monografia para a minha mãe, que sempre me apoiou durante toda minha jornada acadêmica, e em especial agradeço ao apoio durante toda a trajetória do curso.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão àqueles que contribuíram de maneira significativa para a realização deste trabalho. Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, saúde e disposição, para realizar a faculdade e o trabalho final de curso. Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe, Madalena, pelo apoio incondicional ao longo desta jornada. Seu amor, incentivo e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar aos estudos e enfrentar os desafios com determinação. Aos meus amigos, sou grata por estarem sempre presentes, compartilhando risos e ajudando a aliviar as tensões. Sua amizade tornou essa caminhada mais leve e significativa. Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, Cristina, pelo suporte e orientação durante todo o processo de pesquisa. Suas contribuições foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho. Agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte dessa jornada e contribuíram para o sucesso deste trabalho.

“As camadas populares têm que lutar muito contra a discriminação e a injustiça, e a linguagem é um instrumento fundamental. Alfabetização e letramento têm esse objetivo: dar às pessoas o domínio da língua como instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais.”

(Magda Soares)

RESUMO

Esta monografia é um trabalho de conclusão de curso, realizado na Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação (FE) ao nível de graduação. Esse trabalho entende as concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos. A investigação se enquadra no contexto da Educação Inclusiva, buscando compreender não apenas o acesso à escola, mas também a permanência do estudante em um ambiente seguro e livre de discriminação, garantindo sem desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem. Esse estudo compreende concepções de docentes do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), de uma escola pública do DF, sobre a inclusão de estudantes com deficiência. A pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Utiliza-se de entrevistas estruturadas com cinco docentes do BIA, que atuam na modalidade da Educação Especial na rede regular de ensino. Investigando como os professores entendem e efetivam a alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos. Ao longo da análise, identifica-se que os docentes enfrentam desafios significativos ao lidar com a alfabetização de estudantes com deficiência. A falta de suporte pedagógico e recursos adequados é uma das questões recorrentes mencionadas pelas docentes, impactando o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, além da atuação e bem-estar desse professor. Os resultados da pesquisa são relevantes para o avanço dos estudos sobre a Educação Inclusiva e o desenvolvimento pleno de cada aluno.

Palavras-chave: Concepções; Docentes; Alfabetização; Inclusão escolar.

ABSTRACT

This thesis is an undergraduate dissertation carried out at the University of Brasília (UnB), Faculty of Education (FE). It focuses on teachers' conceptions of literacy for students with disabilities in inclusive school settings. The research is framed within the context of inclusive education, aiming to understand not only students' access to school but also their continuity in a safe and discrimination-free environment, ensuring their development in the teaching-learning process. This study explores the conceptions of teachers from the Initial Literacy Block (BIA) at a public school in the Federal District regarding the inclusion of students with disabilities. The research adopts a qualitative, descriptive, and exploratory approach. Structured interviews were conducted with five teachers from the Initial BIA who work in the Special Education modality within the regular education system. The investigation delves into how teachers comprehend and implement literacy practices for students with disabilities in inclusive school contexts. Throughout the analysis, it is evident that teachers face significant challenges when dealing with the literacy of students with disabilities. The lack of pedagogical support and adequate resources is one of the recurring issues mentioned by teachers, impacting students' development and learning, as well as the teacher's performance and well-being. The research results are relevant for advancing studies on inclusive education and ensuring the full development of each student.

Keywords: Concepts; Teachers; Literacy; School Inclusion.

SUMÁRIO

MEMORIAL 10

INTRODUÇÃO 16

OBJETIVOS 17

ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA 18

1. CAPÍTULO 1: ASPECTOS LEGAIS 19

1.1 DISPOSITIVOS LEGAIS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL 28

2. CAPÍTULO 2: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 36

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO REALIZADO NO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 36

2.2 RESULTADOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 37

2.3 APRECIAÇÕES DOS TEXTOS SELECIONADOS 40

3. CAPÍTULO 3: DIMENSÃO SUBJETIVA NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO 46

4. CAPÍTULO 4: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO 52

4.1 REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 53

5. CAPÍTULO 5: ALFABETIZAÇÃO COMO ATO DA APRENDIZAGEM E A PRÁTICA DOCENTE 57

6. CAPÍTULO 6: AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA 63

6.1 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 65

6.2 IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 66

6.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR E AS PRÁTICAS DOCENTES 67

7. CAPÍTULO 7: METODOLOGIA 69

7.1 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA 69

7.2 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR REFERIDA 70

7.3 O EXERCÍCIO DA PESQUISA 72

7.4 RESULTADOS DA PESQUISA 73

7.5 ANÁLISE DA ENTREVISTA 82

7.5.1 DOCENTE DO 1º A (CAROLINA SILVA) 85

7.5.2 DOCENTE DO 1º B (ISABELA SANTOS) 86

7.5.3 DOCENTE DO 2º A (MARIANA OLIVEIRA) 87

7.5.4 DOCENTE DO 3º A (AMANDA SOUZA) 88

7.5.5 DOCENTE DO 3º B (LUIZA PEREIRA) 90

7.6 REFLEXÕES DA ANÁLISE DA PESQUISA 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS 95
REFERÊNCIAS 101
APÊNDICES 106
APÉNDICE A 107
APÉNDICE B 110
APÉNDICE C 111

MEMORIAL

FORMAÇÃO ACADÊMICA INICIAL

Minha trajetória acadêmica se inicia em fevereiro de 2004, quando com 3 anos fui contemplada com uma vaga para a Educação Infantil, na escola do bairro, que se encontrava na frente de casa. Estudei na Escola Classe 02 (EC 02) do Gama até o 1º ano. Tentamos, assim, conseguir uma vaga na Escola Classe 06 (EC 06) do Gama, para continuar os estudos. Durante a minha criação, minha mãe sempre me incluía nas decisões sobre minha vida escolar, ela sempre fez questão de me consultar e validar as minhas emoções. Por isso, me incluo nesse processo de troca de escola como sujeito participativo.

Havia apenas uma vaga para o remanejamento, conseguimos ela através do 156, canal de comunicação entre o Cidadão e Estado, que realiza inscrições de alunos na rede pública de ensino. Fiquei nessa escola do 2º até o 5º ano. Com essa mudança de escola, minha mãe explicou, que essa era uma escola melhor, sendo conhecida na cidade como uma escola de referência, além de ser próxima ao trabalho da minha mãe.

A partir do 6º ano houve a transferência automática por parte da escola, para o 3º Ciclo do Ensino Fundamental II — Anos Finais. Fui transferida para Centro de Ensino Fundamental 10 (CEF 10) do Gama, a qual não era uma escola boa. Houve problemas com a comunidade escolar, o que ocasionou o pedido de transferência realizado pela minha mãe. Ela conseguiu o remanejamento para eu fazer o 7º ano no CEF 01 do Gama, onde fiquei até no 9º ano.

No 7.º ano, consegui uma vaga no Centro Interescolar de Línguas (CIL) do Gama, onde fiz o curso de Língua Estrangeira Moderna — Inglês. Era muito incentivado pela minha mãe, que dizia que seria um diferencial na minha formação, pois era muito bem-sucedido no ramo profissional. Fiz o curso de 2013 até 2018.

Ao chegar no 9º ano, foi o momento de decidir qual seria a escola na qual iria fazer o Ensino Médio, foi um período de procura por uma escola de qualidade, que fornecesse as melhores oportunidades para o futuro e que fosse segura. Com isso, minha mãe descobriu o processo seletivo do Instituto Federal de Brasília, campus

Gama, que havia aberto a segunda turma para o curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio.

Sobre a escolha da escola, minha mãe sempre me dizia ser uma boa opção, o ensino era de qualidade, a escola era boa, os professores era bons e ainda tinha um diferencial, pois tinha o curso técnico.

Na localidade em que eu morava havia duas escolas de renome para a etapa do Ensino Médio, que fossem de graça, ou seja, públicas. Ambas ofereciam o curso técnico junto ao Ensino Médio, além de possuírem processos de seleção. No caso do IFB, a seleção seria na forma de sorteio, e na outra escola, o CEMI — Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Técnica, a seleção era por meio de prova. Para minha mãe a melhor opção seria o IFB, mas participei do processo de seleção de ambos. Quando fui contemplada a uma vaga no IFB, foi um alívio e uma felicidade na família.

Realizei assim meu Ensino Médio no IFB, no curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, no período de 2016 – 2018. A escola possuía uma grande estrutura, completamente diferente da escola pública em que eu havia estudado anteriormente. Era uma escola grande, com novas instalações e moderna, havia os laboratórios do curso técnico, laboratórios de informática, que era uma novidade, pois os computadores funcionavam.

O IFB era considerado por mim e meus amigos de classe, como uma escola difícil, havia vários desafios que enfrentávamos. Além das dificuldades clássicas das disciplinas, a escola também oferecia o Ensino Superior, o que nos tratava como universitários, uma vez que não havia uma boa comunicação entre a gestão escolar e o corpo estudantil. Tivemos aulas em período integral, mas não havia alimentação na escola, o que nos tornava ainda mais difíceis, uma vez que nem todos tinham boas condições financeiras.

Durante a minha trajetória acadêmica, o período do Ensino Médio, foi particularmente um ciclo difícil para mim e a minha família. Era uma etapa onde eu estudava muito e o dia todo, durante o período diurno estudava no IFB, e no noturno tinha aulas no CIL. Além disso, minha mãe estava desempregada, pois precisava do tempo para cuidar da minha avó, que estava com sequelas de um aneurisma. Ela precisava de aparelhos para respirar e havia perdido a visão, além de outras sequelas.

Minha vó morreu no dia da minha cerimônia de formatura do CIL (18/12/2018), dois dias antes da cerimônia de formatura do IFB (20/12/2018). Foi imposto pela minha família a minha presença em ambas as formaturas, pois acreditavam serem eventos importantes na minha vida e que minha avó gostaria que eu comparecesse.

Desde o início da minha trajetória acadêmica sempre soube que minha opção para o ensino superior seria a UnB, por ser pública. Por este motivo fiz as provas de seleção do Programa de Avaliação Seriada (PAS), o qual é um processo seletivo da Universidade de Brasília (UnB). O PAS é realizado ao longo dos três anos do Ensino Médio regular, por meio do Cebraspe. Fiz também o Enem — Exame Nacional do Ensino Médio.

O Cebraspe (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos) é uma instituição brasileira responsável por promover concursos públicos, avaliações, seleções e outros eventos, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

No processo do PAS, precisávamos decidir o curso de ingresso na 3ª etapa das provas. A princípio queria fazer o curso de enfermagem, pois queria auxiliar as pessoas com a mesma qualidade que a equipe do NRAD (Núcleo de Atenção Domiciliar) cuidava da minha avó, entretanto não era uma área pela qual eu realmente me interessava. A partir disso, realizei testes vocacionais, os quais me direcionavam a área de saúde e educação, mas conversando com a minha mãe sobre interesses e gostos, ela me aconselhou a escolher o curso de Pedagogia, pois era um curso que tinha a ver comigo, em suas palavras.

Eu ainda não sabia que área eu queria cursar, não sabia que profissão escolher, por isso concordei com a indicação da minha mãe. Durante a nossa conversa, em nenhum momento ela me obrigou ou me forçou a escolher essa área, ela me ouviu atentamente e me aconselhou a seguir a área da Educação. Foi um processo lento, com muita escuta e reflexão, para que eu não me arrependesse da escolha.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO E REFLEXÕES DE ESTÁGIOS

No início da minha jornada como futura pedagoga da Faculdade de Educação — FE na Universidade de Brasília — UnB, tudo ainda era confuso. Principalmente

com as disciplinas introdutórias que perguntavam por que havíamos escolhido esse curso. Para responder sempre lembrava das minhas brincadeiras de crianças onde interpretava o papel de professora para as minhas amigas, além de ensinar, tudo o que havia aprendido durante o dia na escola, para as minhas bonecas. Então sempre respondia querer ser professora desde pequena.

No primeiro ano de faculdade, sempre chegava no mínimo duas horas antes para utilizar o laboratório de informática da FE para estudar. Foi um período que me dediquei bastante ao curso, me interessei nas matérias e no curso na sua totalidade. Cheguei a cursar uma disciplina na turma de férias, durante as férias anteriores à chegada da pandemia.

Com a chegada do surto de Coronavírus, em 2020, a qual constituiu uma Emergência de Saúde Pública de importância internacional, foram iniciadas as primeiras medidas de distanciamento social implementadas no Brasil, que fecharam, assim, as atividades presenciais na UnB. Durante esse período de distanciamento social, para não deixar de estudar, me dediquei a realizar cursos na modalidade do EAD - Educação a distância, na área da educação.

A partir da retomada das atividades na universidade na modalidade de aulas remotas, consegui manter o fluxo do curso de pedagogia, conciliando os estudos e as atividades online, através do autogerenciamento da aprendizagem. Consegui horas em matérias optativas através da concessão de créditos em língua estrangeira.

Após o primeiro ano de pandemia, pude iniciar minha carreira docente no quarto semestre, atuando como estagiária na etapa da Educação Infantil, em uma escola de educação bilíngue inspirada na Austrália, que atende desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Fundamental I.

Houve uma estranheza por minha parte em relação à inspiração australiana. Havia professores nativos da Austrália, e o modo pelo qual falavam me gerava dificuldades com a língua. Mas tive boas experiências com as crianças, conseguia me comunicar bem com elas e desenvolver bem meu papel como estagiária. Foi nesse primeiro estágio que comecei minhas reflexões que me levaram a minha temática atual do TCC I.

Nesse espaço, havia crianças com características de desenvolvimento atípico. Em muitos momentos em sala de aula observava uma falta de conhecimento sobre o desenvolvimento atípico. Notava-se que a Educação Inclusiva não era contemplada no projeto pedagógico.

Após esse estágio entrei no Programa Educador Social Voluntário — ESV, para oferecer suporte complementar às atividades da Educação Inclusiva a uma turma no 1º ano bloco de alfabetização (BIA) do Ensino Fundamental I. Nessa mesma escola fiz o meu estágio supervisionado III: gestão escolar.

Durante o período de dois meses, atuei nessa escola em duas posições, educadora social voluntária e estagiária na gestão escolar, ambas me forneceram experiências em espaços diferentes. Como educadora social, estava diretamente em contato com os estudantes com deficiência, e como estagiária da gestão estava presente nas áreas da administração e nos espaços coletivos com oportunidades de pensar a Educação em contextos mais amplos como reuniões, conselho de classe e afins. Nesse processo consegui aprofundar minhas reflexões sobre a Educação Inclusiva e o papel do docente.

REFLEXÃO QUANTO A MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

No momento de decidir o tema do TCC I, foi fácil escolher a área de Educação Inclusiva por ser a área que me motiva na docência. Fiquei decidida a estudar a partir do seguinte título: “Como transformar a Prática da Educação Inclusiva através do Uso de Softwares Educacionais Assistivos”. No entanto, em conversa, com a minha atual professora orientadora, entendi que o tema não estava conforme a minha real motivação, por isso decidi abordar o tema sobre “concepções de docentes, sobre o processo de alfabetização de estudantes com deficiência”.

Ao realizar o presente memorial compreendi que toda minha trajetória acadêmica é reflexo da busca que passei durante minha formação educacional, a procura de uma escola de qualidade, considerada a partir do critério de possuir bons docentes. Ao pensar sobre minha experiência como educadora social voluntária e estagiária, também consigo achar a origem da minha temática do TCC. Pois em ambas as atuações, me questionei sobre as concepções dos docentes, de como eles entendem e efetivam a alfabetização dos estudantes com deficiência no espaço de

inclusão escolar. Com tudo isso consigo exteriorizar, aquilo que me motiva, podendo concluir que estou na área certa, satisfeita com a minha escolha de profissão.

Após a conclusão do curso de pedagogia, decidi realizar duas pós-graduação, uma em Atendimento Educacional Especializado e em Orientação Educacional. Planejo continuar estudando e aprofundando meus conhecimentos na perspectiva da Educação Inclusiva, através do mestrado e doutorado.

INTRODUÇÃO

Esta monografia compreende e analisa as concepções dos docentes (como entendem e efetivam) a alfabetização de estudantes com deficiência no espaço de inclusão escolar.

Em primeiro lugar devemos pontuar, que as práticas educacionais têm como princípio central serem inclusivas. A Educação Inclusiva implica não apenas ao acesso à escola, mas também, a permanência do estudante, com qualidade da aprendizagem, deve assegurar a todos um ambiente seguro sem qualquer tipo de discriminação. São princípios que estão em nossa Constituição desde 1988.

Uma escola inclusiva precisa está organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de suas características como: etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. A escola ao promover um ensino significativo onde o aluno é considerado sujeito de direito é foco central de toda ação educacional, garante um processo efetivo de aprendizagem, por meio de competências necessárias para o exercício pleno da cidadania, o qual é o objetivo primordial da ação educacional.

A partir das minhas concepções sobre a educação e do memorial apresentado, foi escolhido o tema: concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos.

O tema pesquisado é um assunto relevante na área, para sujeitos que estudam, cursam ou pesquisam sobre a Educação Inclusiva. Por meio de textos como este, pode-se compreender o processo de alfabetização de crianças com deficiência.

Além de entender como é a realidade da Educação Especial na rede regular de ensino, através das falas das docentes, o estudo visa gerar reflexão sobre a prática inclusiva e o papel do professor nessa prática.

Para a autora essa temática se destaca, através dela é instigada reflexões sobre as práticas pedagógicas, envolvendo a alfabetização e os processos de aprendizagem nessa etapa. A partir dos conhecimentos sobre a realidade da Educação Especial na perspectiva inclusiva, como esses profissionais entendem e efetivam a alfabetização e o que compreendem sobre o seu papel na educação equitativa e para todos.

Esse trabalho entende que os estudos sobre concepções de docentes mostram expressões genuínas do percurso do docente e do saber pedagógico obtido no exercício da função, quase sempre mobilizado por pressupostos teóricos e escolhas metodológicas. É por meio de tais concepções e das relações com o contexto social de cada professor, como ele ensina e interage em sala de aula com seus alunos, que temos expressões genuínas de como eles atuam. Nessa pesquisa essas concepções se entrelaçam na conversa que caracterizou as entrevistas, para compreender como os docentes entendem e efetivam a alfabetização.

A alfabetização e letramento são conceitos fundamentais no processo educacional, desempenhando um papel crucial na formação de indivíduos capazes de compreender e se expressar por meio da leitura e escrita. Neste contexto, a temática da concepção de docentes sobre a alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos ganha relevância.

A inclusão educacional tem em vista garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas capacidades individuais, e os professores desempenham um papel fundamental nesse processo. Suas concepções e abordagens pedagógicas podem influenciar diretamente o sucesso da alfabetização de estudantes com deficiência, impactando seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Compreender as percepções e crenças dos docentes em relação a esse tema é essencial para promover práticas educacionais inclusivas e efetivas, que valorizem a singularidade de cada aluno e garantam o acesso a uma educação de qualidade para todos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender como os docentes entendem e efetivam a alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a realidade das docentes no bloco do BIA, na modalidade da Educação Especial na rede regular de ensino;
2. Descrever princípios e formas de ação docente para a alfabetização das crianças em contexto escolar inclusivo;

3. Entender a função desempenhada pelos docentes para a efetivação da Educação Inclusiva; e
4. Estimular a reflexão sobre as práticas educativas na perspectiva da inclusão nas escolas regulares.

ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA

As pesquisas e leituras sobre a temática para o presente estudo, permitiu a definição dos capítulos deste TCC. Os capítulos apresentados buscam responder e embasar a pesquisa, buscando alcançar os objetivos do estudo. São temas que contextualizam e fornecem um maior aprofundamento sobre a temática, visando realizar uma a pesquisa de forma profunda e objetiva.

Ao pensar sobre as concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos, devemos pensar com contexto geral e específico da alfabetização nesse espaço.

O trabalho está estruturado em sete capítulos. No primeiro, abordo os aspectos legais relacionados ao tema. Já no segundo, exploro a dimensão subjetiva dos processos de inclusão dos alunos com deficiência, embora o objetivo principal da pesquisa não seja a Teoria da Subjetividade, considerei esses aspectos relevantes para o estudo. No terceiro capítulo, abordo a Prática Docente e os caminhos da alfabetização. No quarto, conceituo e reflito sobre o trabalho de alfabetização e letramento de Magda Soares. O quinto capítulo apresenta as etapas da avaliação pedagógica na perspectiva inclusiva. Dividido em três subtópicos, o sexto capítulo expõe a proposta da pesquisa e o contexto escolar. Por fim, o sétimo capítulo revela os resultados da pesquisa, incluindo a análise realizada.

O referencial teórico deste trabalho é baseado em uma seleção de textos obtidos no levantamento bibliográfico. Além dos autores: Anna Moura, Fernando González Rey, Albertina Martínez, Geandra Santos, Hoffmann, Constituição da República Federativa do Brasil, Amaralina Souza, Maria Teresa Esteban, Ministério da Educação, Magda Soares e Débora Diniz.

1. CAPÍTULO 1: ASPECTOS LEGAIS

Historicamente, a educação para pessoas com deficiência, no Brasil, caminhou de uma maneira segregadora. O Movimento Social das Pessoas com Deficiência (MSPD) é uma luta coletiva e organizada que visa a promoção dos direitos e da inclusão social das pessoas com deficiência. Surgiu como resposta às barreiras sociais, culturais e físicas enfrentadas por esse grupo, buscando ampliar o acesso a oportunidades educacionais, de emprego, saúde e lazer. Por meio de mobilizações, campanhas de conscientização e pressão política, o movimento tem se empenhado em garantir o cumprimento de legislações voltadas à igualdade e aos direitos das pessoas com deficiência, bem como combater estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade.

Para compreender o que é deficiência, é fundamental superar visões reducionistas, medicalizadas e preconceituosas. Débora Diniz, em sua obra “Deficiência”, explora esse conceito de forma abrangente e crítica. Ela destaca que a deficiência não se limita apenas a aspectos biomédicos, mas é também fruto de uma construção social. A autora enfatiza que a deficiência surge das interações entre as características individuais e as barreiras presentes no ambiente físico, cultural e social, que limitam a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade. Portanto, é essencial enxergar a deficiência como um fenômeno multifacetado, a fim de desenvolver políticas inclusivas e promover a igualdade de oportunidades para todos.

O Movimento Social das Pessoas com Deficiência, busca em sua atuação, desafiar a invisibilidade histórica e o estigma associado às deficiências. Por meio de uma perspectiva emancipatória, ele visa empoderar as pessoas com deficiência, permitindo que elas tenham voz ativa na construção de políticas públicas e tomada de decisões que afetem suas vidas. O movimento também busca criar alianças com outros grupos sociais, estabelecendo uma agenda ampla de direitos humanos, que inclui a valorização da diversidade e o respeito à dignidade de todas as pessoas. Dessa forma, o MSPD representa uma importante luta por uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

O movimento teve um impacto significativo na legislação brasileira, impulsionando a criação e aprimoramento de leis que protegem e promovem os direitos das pessoas com deficiência.

Os primeiros passos na transformação social para uma sociedade mais inclusiva ocorreram com a publicação da Constituição Federal (CF), de 1988. Até esse momento, as crianças eram matriculadas em escolas de Educação Especial e não frequentavam escolas de ensino regular.

A CF de 1988, é um documento democrático, que trouxe inovação nesse período, ao abordar concepções da inclusão social, no art. 208, trata a Educação Básica, como obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos. Afirma que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores[1] de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. E assim o princípio segregacionista no atendimento à criança com deficiência se mantém presente, pela palavra, preferencialmente.

Mesmo que esse atendimento educacional, esteja, segundo a CF, nos artigos 205 e 206, garantido a “Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Esses podem ser considerados os princípios sobre os quais a luta pela Educação Inclusiva foi iniciada.

A Educação Inclusiva é um conceito recente, pois os princípios da inclusão não eram representados significativamente na escola. Nesse contexto, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizou a Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, para garantir e proteger os direitos das pessoas com deficiência. As Partes da Convenção devem assegurar o exercício pleno dos direitos humanos das pessoas com deficiência e assegurar que gozem de plena igualdade perante a lei.

[1] O termo "portadores" utilizado na Constituição Federal de 1988 era a terminologia comum naquela época para referir-se às pessoas com deficiência. Atualmente, o termo mais aceito e inclusivo é "pessoas com deficiência".

O Congresso Nacional do Brasil aprovou, no Decreto Legislativo n.º 186, o protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007, mantendo a validade da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no território brasileiro. O texto da convenção foi promulgado pelo Brasil em 25 de agosto de 2009.

> Os princípios da presente Convenção são: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) A não-discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (Decreto nº 6.949, 2009, Art. 3)

Sendo assim, os conceitos presentes na inclusão são: igualdade de oportunidades, respeito às diferenças, valorização da diversidade, heterogeneidade, construtivismo.

De acordo, com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada:

> “O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007, p. 16)

Ou seja, todas as crianças devem usufruir de oportunidades equitativas de aprender. Em escolas que deem acesso à aprendizagem de todos os alunos em idade escolar, que respeite às diferenças entre eles, porque aprendemos em ritmos diferentes, e de modos diferentes. Uma escola que valorize a diversidade, já que nosso país é diversificado, o povo brasileiro tem várias origens, várias culturas, religiões diferentes, comportamentos diferentes.

Cada pessoa é de um jeito, mas o conteúdo ministrado em sala de aula é único. Já que os processos de aprendizagem diferem, para cada criança, a escola deve respeitar e se adequar ao ritmo e peculiaridades de cada um. A compreensão da criança como participativa de seu processo de aprendizagem, ressaltada por

diferentes autores (Piaget, Vygotsky e entre outros) indica não haver lógica em elaborar o conteúdo para a aula sem pensar em como é a sala de aula, seu contexto e as diferentes formas de aprendizagem ali presentes.

É de fundamental importância, ao abordar sobre o aluno com deficiência, conhecer a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007. O art. 24 dispõe sobre a Educação relacionada às pessoas com deficiência no ambiente escolar.

> 2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; b. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; c. Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d. As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e. Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007, p. 28)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) compreende a Educação Básica, como um o processo formativo, que pressupõe o reconhecimento da pluralidade, com condições básicas a liberdade, para o exercício da crítica, da criatividade, para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade. Para que a educação em direitos humanos ocorra, é necessário garantir a dignidade, a igualdade de oportunidades, o exercício da participação e a autonomia aos membros da comunidade escolar.

Para efetivar o direito à educação sem discriminação, o documento da Convenção reúne os seguintes objetivos:

> a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007, p. 28)

A partir da democratização das condições de acesso, permanência e conclusão é a formação da consciência social crítica, que deve ser o princípio norteador da

Educação Básica. É necessário concentrar esforços, desde a infância, na formação de cidadãos, com atenção especial às pessoas e segmentos sociais historicamente excluídos e discriminados. Por isso, a convenção declara:

> Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007, p. 29)

Como efeito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), transformada em texto constitucional, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para orientação às práticas educacionais (PNEEPEI). É um documento fundamental, no contexto da Educação Inclusiva, visto que ele representa um enorme salto na transformação social do atendimento da Educação Especial, no Brasil. E traz as orientações políticas ajustadas à atual legislação brasileira, sobre a temática.

O documento da PNEEPEI deixa claro que a Educação Inclusiva está relacionada de maneira fundamental com a questão dos direitos humanos, relacionados aos conceitos de igualdade, diferença e equidade. Ou seja, a igualdade pressupõe que todos possuem os mesmos direitos e deveres, a equidade, por outro lado, é baseada na ideia de equilíbrio entre os desiguais, a partir do reconhecimento das singularidades e diferenças de cada sujeito. Estes são valores a serem buscados pelos envolvidos, professores, gestores, familiares, comunidade, etc. A Educação Inclusiva é uma contribuição para a superação da lógica da exclusão na sociedade contemporânea, onde a escola tem um papel fundamental.

A PNEEPEI expõe que a política de inclusão é uma política que legitima o respeito aos direitos, o direito das pessoas com deficiência, de usufruírem os seus direitos sociais, como o direito ao acesso à educação.

Os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, são os seguintes:

> Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional

> especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva, 2008, p. 14)

Analisando o documento, consegue-se observar que mesmo que tenha foco no âmbito educacional, ele tem uma visão macro, com o olhar para a sociedade na totalidade. Assim, a leitura do documento possibilita a seguinte questão, qual é o papel que essa sociedade tem para se tornar mais inclusiva para todos? Como pensar a transformação social para que a sociedade se torne mais inclusiva, para todos?

A educação é um instrumento forte na luta a favor da inclusão social. No campo educativo, as escolas precisam capacitar os profissionais da educação, por meio de formação continuada, para que sua intervenção seja adequada ao contexto real da turma. Além da escola, a mídia deve cumprir plenamente sua função social, trazendo a visibilidade para essas pessoas que não são incluídas de forma equânime na sociedade. Também se inclui nessa transformação social, o papel das políticas públicas, a qual tem como dever ser equitativa, para proporcionar melhores condições de vida à comunidade para todos os grupos da sociedade. A inclusão tem vários caminhos para ser efetiva, estão presentes aqui algumas reflexões. Mas é interessante ressaltar que, embora essencial, o conjunto legal das políticas públicas precisa ser vivenciado por todos, assim também cabe a cada pessoa analisar qual caminho faz sentido para ser um sujeito ativo nesse processo de transformação educativa e social.

O documento, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também define quem é o público-alvo da educação especial, ressaltando que a educação especial não é sinônimo de escola especial. A educação especial passa a ser “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Redação dada pela Lei nº 12.796/2013, art.58, que alterou a LDB). Ou seja, a educação especial deve estar presente na proposta pedagógica das escolas.

O documento da PNEEPEI, apresenta quais são as diretrizes políticas e explicita que a educação especial no contexto da Educação Inclusiva é uma

modalidade que atravessa os diversos níveis de ensino, ou seja, ela é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Uma das estratégias na definição dessas políticas é o Atendimento Educacional Especializado, AEE, o qual disponibiliza recursos, serviços e orientação quanto aos processos de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado — AEE, identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, para eliminar as barreiras para a plena participação e inclusão dos alunos. Portanto, considere as necessidades específicas dos estudantes. O AEE tem como propósito possibilitar aos alunos com deficiência desenvolverem autonomia e independência tanto no âmbito escolar como fora dele.

Os objetivos do AEE na Educação Inclusiva, são os seguintes:

> Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008)

Além dos objetivos do AEE na Educação Inclusiva o documento apresenta a concepção prevista na documentação legal, que coloca em ação a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva na escola. É importante dizer que esse conceito esclarece as confusões que existem em relação à “qual é o papel da educação especial?" Ainda existe uma confusão de que a Educação Inclusiva, busca eliminar a Educação Especial, mas esse não é o objetivo. A Educação Inclusiva, via AEE, visa trazer para dentro da escola regular a educação especial, para atender às necessidades dos alunos que dela precisam, complementarmente ao ensino regular.

> O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, p. 16)

Esse objetivo de eliminação de barreiras, deve orientar as práticas pedagógicas com esses alunos.

> As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência

> na escola e fora dela. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, p. 16)

A PNEEPEI, enfatiza a importância da avaliação pedagógica, como um instrumento dinâmico, que deve ser visto como um processo.

Em síntese, as responsabilidades das escolas e dos sistemas de ensino, ficam claros no documento. Eles devem se organizar para oferecer os recursos necessários para que a Educação Inclusiva se efetive, como, por exemplo: serviços de apoio à aprendizagem, profissionais de apoio (profissional de apoio escolar e intérprete), acessibilidade arquitetônica e pedagógica e formação de professores. O documento é a política que regula a oferta da escola regular visando a Educação Inclusiva, em uma escola que respeite o direito de todos à educação.

Retomando o Movimento Social das Pessoas com Deficiência, é importante o seu impacto na legislação brasileira, impulsionando a criação e aprimoramento de leis que protegem e promovem os direitos das pessoas com deficiência. Suas mobilizações foram fundamentais para a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que abrange uma ampla gama de questões relacionadas à acessibilidade, inclusão educacional, trabalho e outros aspectos da vida das pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma legislação abrangente que visa promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade, incluindo a educação. Na área educacional, a LBI trouxe importantes avanços, assegurando o direito à Educação Inclusiva e igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência.

Primeiramente, a LBI determina que o ensino inclusivo é um direito de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou condições físicas, intelectuais ou sensoriais, retomando aspectos da CF. Ela proíbe a segregação dos estudantes com deficiência e estabelece a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas em oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa atender as necessidades específicas desses alunos, promovendo sua inclusão plena na escola regular.

Além disso, a lei estabelece que os estudantes com deficiência devem ter acesso a recursos de acessibilidade, como a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, a adaptação de espaços físicos e a oferta de tecnologias assistivas, garantindo a participação e aprendizagem de todos.

Outro ponto relevante é que a LBI reconhece a importância da formação de professores para o ensino inclusivo. Ela determina que a capacitação dos docentes deve ser contínua e incluir conhecimentos sobre Educação Inclusiva e práticas pedagógicas adequadas para atender a diversidade dos alunos.

Por fim, a Lei Brasileira de Inclusão também destaca a importância da participação da família no processo educacional dos estudantes com deficiência. Ela incentiva a integração da família no planejamento e avaliação das ações pedagógicas, fortalecendo a parceria entre escola e comunidade para proporcionar um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo.

Em suma, a Lei Brasileira de Inclusão tem sido um marco significativo na história da educação brasileira, ao promover a inclusão e garantir direitos essenciais para estudantes com deficiência. Ao enfatizar a importância da Educação Inclusiva, a oferta do Atendimento Educacional Especializado e a formação de professores, a LBI visa criar um ambiente educacional mais igualitário e acessível, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolverem plenamente, alcançando seu potencial máximo.

Atualmente possuímos um acervo legal, que apresenta avanços sobre a educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, principalmente tendo como ponto de partida a Constituição Federal de 1988.

É importante evidenciar que a equidade, a transformação social, não acontece somente com uma legislação avançada. Precisa-se lembrar que as leis e decretos, são aplicados por sujeitos, os quais efetivam cotidianamente os aspectos legais.

Sendo assim, para efetivar a inclusão é necessário que esses docentes e a equipe pedagógica, tenham conhecimento desse arcabouço legal, pois as concepções, crenças dessas pessoas estão inclusos na ação docente.

A ação docente é composta e tem como princípios diversos conceitos e documentos e histórias pessoais, entre eles: concepções/crenças, Projeto

Pedagógico Institucional (PPI), a Legislação vigente, a Experiência prática prévia, o Coletivo escolar, a Formação inicial e continuada, etc.

Essas vivências do docente se configuram como recursos subjetivos, sendo os meios para alcançar a Educação Inclusiva, mas isso só é possível através da visão desse docente sobre o significado e a prática da inclusão. Com isso, essa pesquisa compreenderá as concepções de cinco docentes sobre como entendem e efetivam a alfabetização de estudantes com deficiência no espaço de inclusão escolar.

1.1 DISPOSITIVOS LEGAIS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

A Lei N.º 2.698, de 21 de março de 2001, dispõe sobre o atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência no Distrito Federal. Vejamos os principais pontos da lei:

1. O Poder Público do Distrito Federal é responsável por oferecer atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, tanto em estabelecimentos públicos como particulares da rede de ensino, seja em classes comuns ou em classes especiais;
2. O atendimento especializado deve incluir o acompanhamento itinerante consoante a deficiência apresentada e todos os meios e instrumentos de apoio ao estudante, os quais serão definidos em regulamento;
3. Os estabelecimentos escolares devem informar à Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal a quantidade de alunos com deficiência matriculados e as deficiências apresentadas; e
4. A Fundação Educacional do Distrito Federal deve atender às solicitações relacionadas ao atendimento especializado no prazo de trinta dias após o recebimento dos pedidos.

Fonte: *Elaboração da autora*

Além disso, a lei também aborda algumas especificações sobre o atendimento especializado, como a flexibilização e adaptação curricular, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos e o serviço de apoio pedagógico especializado, realizado em classes comuns, com a atuação colaborativa entre o professor especializado da sala de apoio, o professor regente e professores intérpretes de linguagens e códigos aplicáveis, como língua de sinais e sistema Braille (sistema de escrita e leitura tátil para as pessoas cegas).

A Lei N° 2.698, de 2001, é um importante marco legislativo no contexto da educação inclusiva no Distrito Federal. Ela reflete a preocupação do Estado em garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais.

Ao obrigar tanto os estabelecimentos públicos como particulares a oferecerem atendimento educacional especializado, a lei busca assegurar que nenhum aluno com deficiência seja excluído do sistema educacional. Isso contribui para promover uma sociedade mais inclusiva, valorizando a diversidade e respeitando as particularidades de cada indivíduo.

O acompanhamento itinerante mencionado na lei destaca a importância de uma abordagem personalizada e adaptada a cada aluno, reconhecendo que as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência podem variar significativamente. Essa abordagem inclusiva permite que os alunos sejam assistidos de maneira mais efetiva, estimulando seu desenvolvimento acadêmico e social.

Outro ponto relevante é a obrigatoriedade do registro e informação das deficiências apresentadas pelos estudantes. Esse processo de levantamento de dados permite ao poder público entender melhor o perfil dos alunos com deficiência e direcionar recursos adequados para atender às suas necessidades específicas.

Além disso, a lei estabelece um prazo para atender aos pleitos relacionados ao atendimento especializado. Isso visa garantir uma resposta ágil e eficiente por parte das instituições públicas, evitando atrasos e burocracias que poderiam prejudicar o acesso dos alunos aos serviços necessários.

Apesar dos avanços proporcionados por essa legislação, é importante destacar que a efetivação da educação inclusiva vai além da existência de leis. É fundamental haver uma conscientização e capacitação contínua de educadores, gestores e comunidades escolares, bem como investimentos em infraestrutura e recursos adequados para a efetiva inclusão de todos os alunos.

Portanto, a Lei N.º 2.698, de 2001, representa um passo importante na busca por uma educação mais inclusiva e igualitária, mas também deve servir como um lembrete constante do compromisso contínuo da sociedade em promover a

diversidade e garantir os direitos de cada indivíduo à educação e ao pleno desenvolvimento.

Essa lei visa garantir o acesso à educação de qualidade e inclusiva para os alunos com deficiência, buscando proporcionar a eles as condições necessárias para um desenvolvimento educacional adequado, promovendo a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

A lei N.º 3.218, de 5 de novembro de 2003, no Distrito Federal, estabelece o modelo de inclusão em todas as escolas da rede pública de ensino. Essa lei visa atender todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades, salvo quando demonstrado que a educação nas classes comuns não é adequada ou quando necessário para o bem-estar da criança.

O Poder Executivo do Distrito Federal é responsável por garantir a acessibilidade dos alunos com deficiências, promover formação continuada para os professores da Educação Básica que atuam na Educação Inclusiva e fornecer recursos humanos, materiais e equipamentos especializados para os serviços de apoio.

As escolas da rede pública de ensino têm a responsabilidade de definir em seus projetos educacionais o sistema de apoio especializado, adaptações curriculares, procedimentos e instrumentos de avaliação adequados, bem como a organização específica para atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos participantes da Educação Inclusiva.

O Decreto N.º 26.293, de 19 de outubro de 2005, regulamenta a Lei N.º 3.218 e amplia a abordagem da Educação Inclusiva, abrangendo o atendimento a todas as crianças, com ou sem deficiência, em escolas comuns, sempre respeitando suas diferenças e necessidades.

Escolas especializadas são mantidas para atender alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas comuns da Rede Pública de Ensino ou para oferecer atendimento exclusivo àqueles cujas condições não permitem o benefício da escola comum no momento.

O Projeto Pedagógico das escolas da Rede Pública de Ensino deve contemplar estratégias necessárias à implementação da Educação Inclusiva, como sistema de

apoio especializado, adaptações curriculares, procedimentos e instrumentos de avaliação adequados, e uma organização específica para atender às necessidades educacionais de todos os alunos participantes da Educação Inclusiva.

Essa lei e seu decreto regulamentador têm como objetivo fundamental garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, independentemente de suas condições, promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

A Lei N.º 3.218 do Distrito Federal, regulamentada pelo Decreto 26.293, busca promover a Educação Inclusiva em todas as escolas públicas. A reflexão sobre essa legislação ressalta a importância de uma sociedade inclusiva e de uma educação que acolha e valorize a diversidade. A implementação da Educação Inclusiva representa um avanço significativo no combate à exclusão e na promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos. Contudo, é fundamental que a lei seja efetivamente cumprida, garantindo acessibilidade, formação adequada para os professores e recursos suficientes para apoiar os estudantes com necessidades educacionais especiais.

Em última análise, a Educação Inclusiva não é apenas uma obrigação legal, mas uma necessidade ética e social para garantir que todas as crianças tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Ao valorizar a diversidade, a sociedade e a educação podem ser transformadoras, contribuindo para a formação de cidadãos mais empáticos, conscientes e preparados para enfrentar os desafios do mundo de forma mais inclusiva e justa.

O texto “Orientação Pedagógica — Educação Especial”, aborda I a Educação Especial no Distrito Federal, com foco na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino.

Enfatiza a importância de professores capacitados e especializados na Educação Especial para garantir o sucesso da inclusão, abrangendo diversas modalidades de deficiência, como visual, física e autismo. Também são mencionados os papéis de outros profissionais, como psicólogos e fonoaudiólogos, além da necessidade de professores/guias intérpretes para estudantes com surdocegueira.

Destaca-se o apoio necessário aos estudantes, bem como a importância de uma rede de apoio interinstitucional de saúde, trabalho e serviço social para garantir uma abordagem holística no atendimento às necessidades dos alunos.

A abordagem holística no atendimento às necessidades dos alunos é uma maneira de abordar a educação que considera o aluno na sua totalidade, considerando não apenas seu desempenho acadêmico, mas também suas características emocionais, sociais e físicas. Nessa abordagem, entende-se que cada indivíduo é único e complexo, e suas necessidades são interligadas e interdependentes.

Apresenta a relevância de práticas inclusivas na sala de aula, com a adaptação curricular e a aprendizagem cooperativa como fatores fundamentais para a inclusão bem-sucedida. Também ressalta a importância do trabalho em equipe na escola e do envolvimento da família e da comunidade para fortalecer o processo inclusivo.

A classe de integração inversa é apresentada como uma alternativa eficaz para proporcionar um atendimento mais individualizado e apropriado a certas modalidades de deficiência.

No geral, o texto mostra o esforço do Distrito Federal em promover a Educação Especial inclusiva, garantindo que os estudantes com necessidades especiais tenham igualdade de oportunidades e acesso à educação de qualidade. A abordagem destaca a importância da colaboração entre diversos profissionais e instituições para fornecer o suporte necessário aos estudantes, buscando uma educação mais aberta, acolhedora e acessível a todos.

É notável o avanço da abordagem inclusiva ao longo dos anos, indo além do modelo de integração anteriormente adotado. A mudança de paradigma, buscando a transformação das instituições educacionais para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, representa um passo significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A Meta 4 do Plano Distrital de Educação (PDE) para o Distrito Federal é voltada para a universalização do atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, TDAH, dislexia, entre outros transtornos de aprendizagem. O objetivo é garantir a inclusão

desses estudantes na rede regular de ensino ou conveniada e oferecer atendimento complementar ou exclusivo, conforme necessário, em unidades de ensino especializadas.

O PDE estabelece diversas estratégias para alcançar essa meta, como a obtenção de informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência. A universalização do acesso às escolas regulares ou unidades especializadas, a ampliação das equipes de profissionais da educação, a oferta de formação continuada para os profissionais das escolas regulares, entre outras ações.

Essas estratégias também abrangem a oferta de atendimento educacional especializado, formação em Libras e Braille, políticas de promoção de cultura de direitos humanos, transporte escolar acessível, adaptação dos prédios escolares, prioridade na matrícula para crianças com deficiência, e incentivo a pesquisas científicas para melhorar os recursos e tecnologias assistivas, além de fomentar ações intersetoriais que visem a inclusão dos estudantes com deficiência em diferentes setores da sociedade.

No geral, o Plano Distrital de Educação demonstra um compromisso em promover a inclusão e garantir a educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, buscando a construção de um sistema educacional mais igualitário e acessível para a diversidade de alunos no Distrito Federal.

O texto do “Currículo em Movimento do Distrito Federal” para o Ensino Fundamental, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Essa edição visa garantir um currículo dinâmico e ao serviço da aprendizagem de todos os estudantes, refletindo a identidade do documento e sendo constantemente avaliado e significado por profissionais da educação no contexto das escolas e salas de aula.

A 2ª edição foi construída a partir de discussões e debates com professores, profissionais da educação e sociedade civil. Optou-se por manter as concepções teóricas e princípios pedagógicos da edição anterior, como formação para Educação Integral, Avaliação Formativa, Currículo Integrado, entre outros. Porém, houve atualizações para contemplar as mudanças ocorridas na organização escolar em ciclos e a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017.

A estrutura do currículo foi organizada para abranger todo o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) em um único volume, permitindo uma visão ampla do processo de aprendizagem. Os objetivos e conteúdos são dispostos por ano, adequando-se tanto às unidades escolares organizadas em série quanto em ciclos.

Os objetivos de aprendizagem do Ensino Fundamental estão pautados em uma perspectiva de inclusão, letramento, compreensão do ambiente natural e social, diversidade étnico-cultural, entre outros. A proposta pedagógica incentiva a formação integral dos estudantes, considerando-os como sujeitos centrais do processo de ensino.

O currículo busca uma abordagem interdisciplinar, contextualizada e flexível, valorizando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e promovendo a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Além disso, enfatiza a importância da progressão continuada, garantindo o avanço nas aprendizagens dos estudantes, em vez da promoção automática.

O documento final é apresentado como um material passível de constante avaliação e alterações, visando acompanhar as inovações, estudos e discussões pedagógicas atuais, adaptando-se às necessidades da educação no Distrito Federal.

A Lei N.º 6.372, de 11 de setembro de 2019, cria a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência no Distrito Federal e estabelece suas atribuições, que incluem formular políticas e diretrizes para a proteção e inclusão das pessoas com deficiência. Além de coordenar ações para garantir seus direitos, acolher reclamações relacionadas ao não cumprimento desses direitos, entre outras responsabilidades.

A reflexão sobre os tópicos do texto mostra o progresso e o compromisso do Distrito Federal em promover uma educação inclusiva e igualitária para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. A Lei N.° 2.698, de 2001, representa um marco importante nessa busca ao estabelecer o atendimento especializado às pessoas com deficiência, tanto em escolas públicas quanto particulares. Essa legislação reconhece a importância de um atendimento personalizado, considerando as particularidades de cada aluno, e também a necessidade de recursos e instrumentos de apoio para garantir a inclusão efetiva.

Além disso, a Lei N.º 3.218, de 2003, reforça o compromisso com a educação inclusiva ao estabelecer a obrigatoriedade de atendimento nas escolas regulares, salvo em casos específicos. Essa lei busca assegurar que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham a oportunidade de estudar juntos e aprender entre si, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade.

A reflexão também destaca o Plano Distrital de Educação, com suas estratégias para alcançar a meta de universalização do atendimento educacional aos estudantes com deficiência. Esse plano reconhece a importância da formação dos professores, da oferta de atendimento especializado e de adaptações curriculares para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola.

O “Currículo em Movimento do Distrito Federal” reforça o compromisso com uma abordagem interdisciplinar e flexível, que valoriza o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e promove a formação integral dos estudantes. Esse currículo dinâmico busca se adequar às mudanças e inovações na educação, adaptando-se às necessidades dos alunos e das escolas.

Por fim, a criação da Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência demonstra a preocupação do Distrito Federal em garantir a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência. Essa secretaria desempenha um papel importante na formulação de políticas e diretrizes para proteger e incluir as pessoas com deficiência, além de coordenar ações e receber reclamações relacionadas ao tema.

A reflexão sobre esses tópicos nos leva a compreender que a educação inclusiva é uma jornada contínua, que exige comprometimento, conscientização e colaboração de diversos setores da sociedade. As leis, os planos e os currículos são importantes guias nessa caminhada, mas sua efetividade depende da implementação e do apoio de todos os envolvidos na educação. Garantir uma sociedade mais inclusiva requer esforços constantes para superar barreiras e construir um ambiente educacional acolhedor, acessível e enriquecedor para todos os alunos. Somente assim poderemos alcançar uma educação verdadeiramente igualitária, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

2. CAPÍTULO 2: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC), iniciou-se através do levantamento bibliográfico, sendo tradicionalmente o ponto inicial de uma pesquisa. Através dele verificamos e aprofundamos o nosso conhecimento, por meio das pesquisas já realizadas, em trabalhos que estão presentes em bases de dados, nacionais ou internacionais, acerca da temática pesquisada.

Este primeiro capítulo tem como objetivo a caracterização do processo realizado no levantamento bibliográfico. Se apresenta dividido em dois tópicos; no primeiro, inicia-se a partir da caracterização dos pontos primordiais realizados no levantamento bibliográfico. No segundo, é ilustrado, em uma tabela, os resultados adquiridos por meio desse levantamento bibliográfico.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO REALIZADO NO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Esta etapa da pesquisa se caracteriza pelo levantamento da bibliografia registrada em uma base de dados, do Portal de Periódicos CAPES, sobre o tema, concepções de docentes em relação à alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos. Ao pesquisar sobre uma temática específica, é necessário sabermos o que outros pesquisadores discutem e comunicam sobre ela, como está a produção acadêmica sobre a temática que pode indicar caminhos da pesquisa proposta.

O levantamento iniciou-se através da pesquisa sobre o que é o levantamento bibliográfico, com embasamento no texto da Batista (2017), que em seu artigo analisa a produção acadêmica publicada nas principais plataformas brasileiras de divulgação científica acerca da avaliação na Educação Infantil, através do levantamento bibliográfico, como metodologia.

Em seguida, a partir do conhecimento sobre como realizar um levantamento bibliográfico, definimos que a pesquisa seria realizada no Portal de Periódicos CAPES. A partir da seleção da base de dados foi decidido o seguinte descritor: “Deficiência e Concepções de professores”. Utilizando o filtro do portal, a pesquisa delimitou-se para o período de 5 anos (2017 – 2022) e o idioma (português).

Por meio desses critérios de pesquisa foram obtidos 28 resultados no portal, dos quais somente três trabalhos foram selecionados. Esses resultados foram encontrados no segundo semestre do ano de 2022. O critério de inclusão foi a especificidade do tema, de acordo com o título dos trabalhos e a leitura dos resumos. Só foram selecionados trabalhos que articulam com o tema da minha pesquisa, ou seja, concepções de docentes sobre a alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos.

Dessa forma, foi preciso aumentar o número de descritores, acrescentando: Alfabetização e Deficiência; Concepções, Alfabetização e Deficiência; Alfabetização e Inclusão; Docentes e inclusão. A partir desses novos descritores, mas respeitando o filtro utilizado, foram alcançados mais quatro artigos relevantes à pesquisa, segundo os critérios de inclusão mencionados acima.

Portanto, os pontos primordiais realizados durante o levantamento bibliográfico foram:

1. Selecionar a base dados para realizar a pesquisa;
2. Selecionar palavras-chave (descritores);
3. Utilizar filtros de pesquisa, para obtenção de um resultado voltado ao tema;
4. Avaliar os resultados, com base nos critérios de inclusão;
5. Salvar os artigos/livros/documentos de interesse, em tabela com os dados importantes, para a pesquisa;
6. Organizar as referências e colocá-las nas referências bibliográficas; e
7. Iniciar o processo de escrita.

Fonte: *Elaboração da autora*

2.2 RESULTADOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

- **Descritores:** Deficiência e Concepções de professores
    - **Selecionados:** 3 trabalhos

Tabela 1: Artigos do descritor “Deficiência e Concepções de professores”

Artigo	Autor	Título	Ano	Metodologia
Art. 1	Cunha, R. F. P., and A. L. L. Gomes	Concepções De Professores De Educação Física Sobre Inclusão Escolar	2017	Qualitativa
Art. 2	Castilho Dos Santos, Maria Suely	Inclusão Escolar: Carências E Desafios Da Formação Continuada E Atuação	2019	Natureza mista

		Profissional Docente Na Inclusão De Alunos Com Deficiência No Ensino Regular E Política Nacional De Educação Inclusiva		

Fonte: *Elaboração da autora.*

Tabela 2: Tese do descritor "Deficiência e Concepções de professores"

Tese	Autor	Título	Ano	Metodologia
Tese 1	ZIESMANN, Cleusa Inês	Inclusão, Experiências E Práticas Pedagógicas: O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica Na Perspectiva De Vygotsky	2018	Qualitativa

Fonte: *Elaboração da autora.*

- **Descritores**: Deficiência e Alfabetização

  Resultados: 15 **Selecionados:** 0 (sem uso para minha temática)

- **Descritores:** Concepções e Alfabetização e Deficiência

  Resultados: 03 **Selecionados:** 01 artigo

Tabela 3: Artigo do descritor "Deficiência e Alfabetização"

Artigo	Autor	Título	Ano	Metodologia
Art. 3	Fraga Pereira, Rose Mary and Sônia Lopes Victor	Conhecimentos E Concepções De Professores Acerca Do Processo De Alfabetização Da Criança Com Deficiência Intelectual	2021	Qualitativa do tipo exploratório

Fonte: *Elaboração da autora.*

- **Descritores:** Alfabetização e Inclusão

  Resultados: 80 **Selecionados:** 02 artigos

Tabela 4: Artigo do descritor "Alfabetização e Inclusão"

Artigo	Autor	Título	Ano	Metodologia
Art. 4	Hoça, Liliamar	Elementos Que Entrelaçam O Processo De Desenvolvimento Profissional De Professoras Alfabetizadoras	2019	Qualitativa
Art. 5	Miranda De Souza, Amaralina	As Práticas Pedagógicas E a Inclusão Dos Estudantes Com Necessidades Educacionais Específicas – NEES	2018	Qualitativa

Fonte: *Elaboração da autora.*

- **Descritores:** Docentes e inclusão

  Resultados: 41 **Selecionados:** 02 artigos

Tabela 5: Artigo do descritor “Docentes e inclusão”

Artigo	Autor	Título	Ano	Metodologia
Art. 6	Lopes Batista Júnior, José Ribamar, and Denise Tamaê Borges Sato	A Inclusão De Pessoas Com Deficiência E O Papel Do Educador Especializado Na Escola Regular: Discurso, Identidade E Letramento	2019	Qualitativo
Art. 7	Jarlisse Nina Beserra da Silva, Jackson Ronie Sá-Silva, & Marcia Raika e Silva Lima	Afluentes que irrigam os territórios dos discursos docentes sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas salas de ensino regular	2022	Qualitativo

Fonte: *Elaboração da autora.*

Diante disso, foram incluídos no trabalho o total de 11 textos, entre artigos, teses e dissertações. Desse grupo de trabalhos destacam-se três artigos que possuem um maior nível de proximidade com a temática proposta neste TCC. Sendo eles:

Art. 3. FRAGA, Rose Mary Pereira. VICTOR, Sônia Lopes. “CONHECIMENTOS E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES ACERCA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.” Revista Brasileira De Alfabetização 15 (2021): 47 – 62. Web;

Art. 5. AMARALINA, Miranda De Souza. “AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS — NEES.” Tendências Pedagógicas 31 (2018): 97 – 112. Web; e

Art. 6. JÚNIOR, Lopes Batista. RIBAMAR, José. SATO, Denise Tamaê Borges. “A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O PAPEL DO EDUCADOR ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: DISCURSO, IDENTIDADE E LETRAMENTO.” Revista Latino-americana De Estudios Del Discurso 2 (2019): 111 – 27. Web.

Textos foram lidos de forma crítica, sendo feitas breves apreciações aos objetos de estudo, por meio de avaliação crítica, ou seja, uma análise sobre cada um dos três artigos, que se aproximam do tema do presente estudo. Para realizar tais apreciações, foram determinados oito pontos de análise, sendo eles:

1. Entender o objetivo do estudo;
2. Identificar o problema de pesquisa;
3. Constatar as teorias e os teóricos principais do texto;
4. Reunir as principais ideias;
5. Verificar uso de siglas e terminologias;
6. Explorar a metodologia da pesquisa;
7. Observar se o objetivo do estudo foi alcançado; e
8. Reflexão pessoal sobre a obra e suas contribuições para o presente TCC.

Fonte: *Elaboração da autora*

A apreciação dos textos selecionados no levantamento bibliográfico é de extrema importância para este TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Essa etapa envolve a leitura crítica e analítica das fontes consultadas, permitindo o desenvolvimento de um embasamento teórico sólido para embasar argumentações.

Através dessa análise criteriosa, pode identificar lacunas, convergências e divergências nas obras, contribuindo para a construção de um trabalho acadêmico consistente e bem fundamentado. A apreciação adequada dos textos também auxilia na elaboração de referências bibliográficas precisas, garantindo a credibilidade e originalidade do TCC. Dessa forma, a valorização da apreciação de textos no levantamento bibliográfico é crucial para o sucesso e qualidade do trabalho de conclusão.

2.3 APRECIAÇÕES DOS TEXTOS SELECIONADOS

2.3.1 Fraga, Rose Mary Pereira. Victor, Sonia Lopes. "Conhecimentos e concepções de professores acerca do processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual." Revista Brasileira De Alfabetização 15 (2021): 47 – 62. Web (Art. 3)

O art. 3 propõe a analisar os conhecimentos, as concepções e as práticas de professores do Município de Vitória, Espírito Santo sobre o processo de alfabetização de crianças com deficiência intelectual. Através de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório.

As autoras utilizam-se da teoria de aprendizagem na perspectiva Histórico-Cultural de Vygotsky; e do estudo sobre a escrita infantil, de Gontijo (2008).

O estudo vê como problema de pesquisa a formação dos professores tanto da sala de ensino comum, quanto para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Justificando que para conhecer as especificidades necessárias à organização dos processos de alfabetização dessas crianças, há necessidade de desenvolver estratégias específicas, planejadas e avaliadas que contemplem as demandas dessa criança. Sendo, portanto, essencial a consistência de processos de formação nessas características.

Apresenta no texto, a alfabetização como um problema de políticas públicas, por meio da contextualização da situação atual da alfabetização no Brasil, e apresenta, sobre os níveis baixos de aprendizagem da linguagem escrita, embora seja apresentada superficialmente.

Nas ideias principais do texto, há com frequência a teoria onde o desenvolvimento infantil não ocorre linearmente e se caracteriza por não ser previsível. O artigo comenta que é preciso buscar caminhos alternativos, que gerem apoio e recursos apropriados para contribuir com o processo de alfabetização real em uma sala de aula, com o público-alvo específico com DI (deficiência Intelectual) na educação especial.

O texto fomenta que os estágios de desenvolvimento da leitura e escrita, tese da Psicogênese Ferreiro e Teberosky (1986) a Psicogênese da língua escrita (1999), contribuem para a solução dos problemas de aprendizagem da criança com DI. Para as autoras, o teste da Psicogênese age de forma perversa com as crianças que apresentam padrões diferentes ou que não conseguem progredir para estágios mais avançados, dentro dessa escala de desenvolvimento.

O texto determina que existe uma necessidade de novas teorias que abordam a multiplicidade do desenvolvimento dos processos de aprendizagem, que não sejam lineares e não previsíveis, reforçando a necessidade de novos desenvolvimentos teóricos-metodológicos para a pesquisa quanto para o trabalho pedagógico de adaptação.

Como parte da pesquisa, foram realizadas entrevistas com quinze professoras do 1º ano do Ensino Fundamental 1 (EF), que tenham em sala alunos com DI, sobre os seus conhecimentos, concepções e práticas das docentes.

A pesquisa se deu por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas e a utilização de diário de campo. As entrevistas se deram em três eixos: sobre conhecimentos, concepções e práticas, que possuem o objetivo de levantar os conhecimentos e as práticas das professoras.

A maioria das professoras entrevistadas, se apoiava em várias teorias para a organização do processo de alfabetização, evidenciando, pouco aprofundamento na apropriação do conhecimento e, também, pouco direcionamento da intencionalidade e sistematização de sua mediação pedagógica para os alunos.

Com base na leitura e apreciação do artigo 3, reconheço que para o processo de alfabetização de crianças com DI é preciso um conhecimento prévio sobre a caracterização da criança com deficiência intelectual, com quem se vai trabalhar, que envolve o conhecimento prévio acerca das singularidades dela, com análise a montagem de um planejamento estratégico para o seu processo de aprendizagem. Através de recursos e estratégias ela pode-se desenvolver em uma sala de aula, por meio de uma aprendizagem significativa e com funcionalidade para essa criança. As questões levantadas pelo estudo afirmam a necessidade da formação continuada para os docentes.

2.3.2 Amaralina, Miranda De Souza. “As práticas pedagógicas e a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas — NEES.” Tendências Pedagógicas 31 (2018): 97 – 112. Web (Art. 5)

O presente artigo visa investigar os elementos constituintes das práticas pedagógicas bem-sucedidas em classes de alfabetização, buscando identificar práticas pedagógicas inclusivas bem-sucedidas em turma de Integração Inversa. Ou seja, identificar práticas pedagógicas que proporcionam a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais em turmas reduzidas constituídas por estudantes com deficiência ou TGD/TEA e sem deficiência.

TGD significa Transtornos Globais do Desenvolvimento, e TEA significa Transtorno do Espectro Autista. Ambas as siglas são utilizadas para se referir a condições neurológicas que afetam o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento. O TEA é um tipo específico de TGD, abrangendo um espectro amplo de sintomas e intensidades.

O artigo apresenta como problema de pesquisa a precarização do processo de inclusão efetiva dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas — NEEs. Por isso a autora se motivou a fazer a pesquisa, no contexto da educação básica na rede de ensino público do Distrito Federal, para identificar práticas pedagógicas que possam ser consideradas inclusivas.

O principal teórico utilizado no texto é Carvalho (2006 e 2010), que fala sobre a Educação Inclusiva e a Escola Inclusiva. Além disso, usa-se como referencial teórico dois trabalhos próprios da autora sobre as Práticas Pedagógicas Inclusivas e Práticas pedagógicas inclusivas na alfabetização.

O texto traz que a escola e os professores devem atuar com a perspectiva de que todos são capazes de aprender. Mas para isso acontecer exige uma reflexão dos docentes sobre a metodologia do trabalho pedagógico, para gerar um ensino de qualidade que alcance todos os estudantes sem distinções, considerando a necessidade de todos os alunos envolvidos nesse processo.

A autora expõe haver vários estilos e formas de aprender, então existe a necessidade de utilizar estratégias diversificadas para atender as demandas educacionais dos seus estudantes. A partir de um planejamento, quando ele for aplicado, as adaptações necessárias devem estar prontas e serem acessíveis a todos os alunos.

Os professores devem estar atentos às manifestações dos estudantes, para criar novas e diversificadas estratégias que possam atender às suas diversas formas de aprender.

A pesquisa foi realizada em duas turmas de integração inversa, em duas escolas públicas do DF, uma situada na Região Central de Brasília, e outra na Região Administrativa de Sobradinho.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, estruturada em três etapas: a primeira é a fase exploratória, a segunda é o planejamento das ações de pesquisa e a terceira são as reuniões preparatórias.

As informações obtidas e analisadas apontaram elementos que indicam que a prática pedagógica das duas professoras observadas considera a diversidade de

estilos de aprendizagem dos seus respectivos estudantes, caracterizando-as como inclusivas, alcançando os objetivos abordados no texto.

As duas docentes aplicam em suas práticas pedagógicas o planejamento dinâmico e flexível, usam de estratégias pedagógicas diversificadas, usam materiais diversos, organizam o espaço físico da sala de aula, organizam o trabalho pedagógico e da escola para o trabalho colaborativo entre os professores regente e da sala de recursos multifuncionais.

A partir da leitura do texto, observo que o artigo trouxe reflexões pertinentes para práticas pedagógicas inclusivas. Mas além da aplicação de metodologias inclusivas é preciso que os docentes se prepararem através de pesquisas, cursos, eventos, que gerem conhecimento e reflexão sobre a Educação Inclusiva, que busquem conhecer os seus estudantes, numa escuta significativa, que compreendam o processo de aprendizagem de seus alunos, para poderem escolher com conhecimentos as práticas pedagógicas ideias para o contexto da turma.

2.3.3 Júnior, Lopes Batista. Ribamar, José. Sato, Denise Tamaê Borges. "A inclusão de pessoas com deficiência e o papel do educador especializado na escola regular: discurso, identidade e letramento." Revista Latino-americana De Estudios Del Discurso 2 (2019): 111 – 27. Web (Art. 6)

O objetivo do artigo 6 foi investigar os discursos presentes no contexto da Educação Inclusiva. Com isso, o problema da pesquisa compreendeu o contexto dos docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas especificidades, a natureza das práticas profissionais, suas práticas de letramento e suas relações interdisciplinares com os demais sujeitos envolvidos no processo.

Os autores utilizaram o estudo da Análise de Discursos Crítica e nos Novos Estudos do Letramento. Por meio desses estudos eles realizaram a análise da pesquisa.

A pesquisa qualitativa, utilizou transcrições de entrevistas realizadas com dois professores que atuam no AEE, da rede pública de ensino de Brasília, para investigar como os significados dos discursos contribuem para as práticas de letramento e a formação identitária dos profissionais do AEE.

O artigo compreende a ação do docente como o principal recurso para a inclusão do estudante com deficiência na rede regular de ensino.

A partir das entrevistas os autores alcançaram o objetivo proposto, em que os discursos foram interpretados em relação às representações de ideologias, as identidades e aos múltiplos letramentos.

Os autores classificam os discursos encontrados em três formas de ver e atuar na inclusão: discurso burocrático, discurso humanitário e discursos pedagógicos.

A leitura do texto foi importante para aprofundar os conhecimentos prévios sobre a atuação do AEE, além da forma com a qual foram analisadas as entrevistas, podendo contribuir ao presente TCC.

3. CAPÍTULO 3: DIMENSÃO SUBJETIVA NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO

Nesse terceiro capítulo aborda-se a dimensão subjetiva nos processos de aprendizagem dos alunos com deficiência. Diante disso, no capítulo três, utiliza como referencial teórico o artigo de Santos e Martínez, “A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico”; e o texto de González Rey, “O Sujeito que Aprende — Desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica”, os quais utilizam da Teoria da Subjetividade de González Rey (1995, 2003a, 2003b).

A temática da presente pesquisa não possui como foco a Teoria da Subjetividade, mas entende-se a importância de conhecer e apresentá-la na pesquisa, ao tratar sobre concepções de docentes, visto que se trata da dimensão subjetiva do sujeito.

A dimensão subjetiva é abordada neste TCC, pois é necessário compreender os conceitos, as relações, que se dá entre os docentes e os espaços sociais escolares. Para compreender como eles vivenciam esses fenômenos, não só as pessoas com deficiência, mas as pessoas que convivem e trabalham com eles, como se convive e como se realiza as práticas pedagógicas para atender as singularidades desses alunos, no contexto escolar. Aborda esse fenômeno no contexto da dimensão subjetiva, que se dá na articulação entre a dimensão individual e social do processo.

A subjetividade de González Rey é uma abordagem teórica que se concentra no papel central da subjetividade na construção do conhecimento e do mundo social. Desenvolvida pelo psicólogo e pesquisador cubano-argentino Fernando González Rey, essa perspectiva considera que a subjetividade dos indivíduos, suas experiências, emoções e significados atribuídos são fundamentais para a compreensão da realidade e das relações interpessoais. Em suas teorias, González Rey busca integrar a subjetividade dos sujeitos com a objetividade dos fenômenos sociais, visando a uma compreensão mais abrangente e contextualizada do comportamento humano.

Tendo Santos e Martínez, como referencial teórico, em seu trabalho “A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico”, eles exploram como a subjetividade dos indivíduos envolvidos no contexto escolar pode influenciar a efetividade da inclusão. O estudo

destaca a importância de compreender as percepções, crenças e atitudes dos professores, alunos e demais atores escolares no processo de inclusão, uma vez que esses elementos afetam a construção de relações e a criação de ambientes acolhedores e colaborativos.

Por outro lado, González Rey em seu trabalho “O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica”, discute como a subjetividade do aluno também desempenha um papel fundamental nos processos de inclusão. O autor enfatiza que compreender a singularidade de cada aluno e sua história de vida é essencial para aprimorar as práticas pedagógicas e oferecer uma educação que respeite suas diferenças e necessidades específicas.

A inclusão é um fenômeno social que tem a intencionalidade de assegurar a todos os estudantes, o desenvolvimento, a aprendizagem e a socialização nos mesmos espaços educativos, com a mesma qualidade.

Ao aplicá-la na escola, há a necessidade de realizar mudanças significativas nas concepções escolares, dos docentes e da equipe pedagógica. Ou seja, na estrutura física da escola e no âmbito da subjetividade individual dos professores e equipe, para garantir que a ação docente esteja consoante às normas e à legalização sobre a Educação Inclusiva, garantindo a permanência e a qualidade da aprendizagem.

A escola ao elaborar o Plano Político Pedagógico na perspectiva da Educação Inclusiva é necessário, assegurar o desenvolvimento e a aprendizagem de todas as crianças envolvidas nesse processo.

A implementação da Educação Inclusiva nas escolas regulares, é uma das ações mais efetivas para romper com a estrutura excludente da escola. Compreende-se que sociedade está inclusa em uma estrutura excludente, ainda que a população seja heterogênea, o olhar da sociedade para com sujeitos que se diferem de si, ocorre de forma excludente ao torná-los sujeitos invisibilizados nos processos sociais, sendo assim a escola pode ser um espaço para mudança social.

A escola desempenha um papel significativo como espaço para mudança social, principalmente quando adota uma perspectiva de Educação Inclusiva. Ao

reconhecer e valorizar a diversidade humana presente entre os estudantes, a escola pode se tornar um ambiente de aprendizagem enriquecedor e transformador.

Em uma perspectiva de Educação Inclusiva, a diversidade humana na escola é valorizada e celebrada como uma riqueza. A escola se torna um espaço onde cada aluno é reconhecido e respeitado em suas singularidades, oferecendo oportunidades igualitárias para aprendizagem e desenvolvimento.

Ao adotar práticas pedagógicas adaptadas e recursos acessíveis, a escola garante que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Essa abordagem inclusiva também promove uma cultura escolar que acolhe e apoia a diversidade, incentivando a colaboração e o aprendizado entre os estudantes de forma colaborativa e enriquecedora.

A partir dessa concepção a escola se torna um espaço privilegiado para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Os estudantes têm a oportunidade de vivenciar a diversidade, compreendendo que as diferenças são uma parte natural e valiosa da condição humana.

Essa experiência enriquecedora os prepara para enfrentar os desafios do mundo real, agindo como agentes de mudança social ao defenderem a inclusão e o respeito à diversidade em suas comunidades. A escola, ao assumir o compromisso com a Educação Inclusiva, contribui significativamente para a transformação de uma sociedade mais justa, onde cada indivíduo é valorizado e respeitado em sua unicidade.

Essa abordagem da dimensão subjetiva nos processos de inclusão vai além da simples adoção de políticas e práticas inclusivas ao reconhecer que cada indivíduo tem suas próprias experiências, emoções e motivações que influenciam diretamente sua participação e aprendizado no ambiente escolar. Ao compreender a subjetividade dos envolvidos, os educadores podem ajustar suas estratégias de ensino e oferecer suporte adequado, respeitando as diferenças e estimulando o desenvolvimento integral de cada estudante.

A valorização da dimensão subjetiva também permite que os estudantes com desenvolvimento atípico ou com alguma deficiência se sintam acolhidos, reconhecidos

e respeitados em suas singularidades. Isso contribui para a construção de uma cultura escolar inclusiva, onde a diversidade é vista como uma riqueza, e não como um obstáculo. Ao fomentar um ambiente de empatia e compreensão mútua, os vínculos entre alunos, professores e demais profissionais se fortalecem, favorecendo a construção de uma comunidade escolar mais unida e colaborativa.

A escola tem um papel muito importante, ao implementar a Educação Inclusiva, em romper com a estrutura excludente da sociedade. Atualmente, com o avanço da legislação no contexto da Educação Inclusiva, ela se tornou um princípio ordenador das políticas educacionais no Brasil atual.

> "Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a Educação Inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. "(PNEEPEI, 2007)

A escola teve garantir aos alunos com deficiência, modificações na prática educativa, desenvolvendo uma pedagogia centrada na criança e capaz de promover o avanço a todas as crianças, levando em considerações as suas singularidades.

> "A inclusão escolar constitui-se um desafio de natureza organizacional, política, pedagógica, cultural e subjetiva dos atores e das instituições que compõem os sistemas de ensino." (Mitjáns Martínez, 2016, p. 253)

A deficiência é um fenômeno que traz em si aspectos biológicos, históricos, sociais e culturais, que movimentam as ações e relações humanas no campo escolar. Por isso é importante observarmos as concepções subjetivas no contexto escolar.

A partir do vínculo entre a dimensão social e cultural, que se produz as possibilidades de equiparação, trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos — inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005)

> "Conhecer o aluno em aspectos essenciais que possam ajudar a compreender seus processos e condições de aprendizagem e desenvolvimento visando delinear ações educativas que tentem contemplá-las na medida do possível, constitui atualmente uma exigência dos processos educativos que reconhecem o aluno na sua condição de sujeito singular. Reconhecimento esse que implica em ações educativas diferenciadas em função das suas características, nível de desenvolvimento e sistemas relacionais e contextos sociais nos quais participa." (Mitjáns Martínez, 2009, p. 174)

A Educação Inclusiva, vê a aprendizagem como o objetivo principal da escola, com isso se entende que ela deve proporcionar o aprendizado equitativamente, por meio de diferentes práticas pedagógicas, que alcançam todos sem distinção.

A inclusão escolar é umas das ferramentas da transformação social na escola, ela altera toda a estrutura escolar, visando gerar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, sem distinção entre o aluno com desenvolvimento atípico, que se caracteriza por ser crianças com dificuldades de aprendizado e/ou deficiência, e o aluno destaque, que são alunos com bom desempenho e que não gere nenhum tipo de problema ou distúrbio em sala de aula e fora.

A partir da perspectiva inclusiva escolar, há uma alteração nos elementos tradicionais da escola, que buscam uma padronização e homogeneização, pois essa concepção compreende que as diferenças fazem parte da sociedade, sendo heterogênea, ou seja, não existe homogeneidade na sociedade.

Mesmo com essa modificação da escola, ainda entendemos que ela está longe de ser a ideal, proporcionar a inclusão no sistema educativo é um caminho assertivo. A inserção da inclusão em um contexto social excludente aumenta as oportunidades dessas crianças para seu desenvolvimento plena, a partir do aprendizado gera críticas sobre essa sociedade a qual está inserida, e essa mudança passar a ir além da escola.

No trabalho de Mitjáns Martínez, 2006b, apresenta-se um conjunto de fatores que atuam como barreiras avanço da perspectiva inclusiva. São eles:

1. As representações dominantes em relação ao processo de inclusão;
2. A concepção da escola como espaço de homogeneização, que visa atingir objetivos educativos predefinidos e estandardizados;
3. As representações dominantes em relação ao aprender e ao ensinar;
4. A resistência às mudanças e às inovações;
5. A insuficiência da formação docente, não apenas nos aspectos técnico-científicos, mas também na formação pessoal; e
6. As representações sobre a deficiência e, consequentemente, sobre as (im) possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos considerados deficientes.

Para ser possível alcançar a inclusão nos processos de ensino-aprendizagem, é necessário que os profissionais desse segmento, não só os docentes, mas também a equipe escolar, também busquem se capacitar para então entender os procedimentos e melhores formas de propagar o conhecimento e a inclusão, com o objetivo de contribuir positivamente no desenvolvimento das crianças.

De acordo com o ponto de vista de Mitjáns Martínez e González Rey (1998), sobre a aprendizagem escolar, existem alguns tópicos que comprometem os objetivos da inclusão. São eles: o discurso das diferenças, o discurso dos direitos e a centralidade do diagnóstico.

Os autores apontam que fazem parte da subjetividade social dominante, da subjetividade social das instituições educativas, assim como da subjetividade individual das pessoas que a integram, comprometendo ainda mais o caminho rumo à inclusão tal como a compreendemos. Esses são aspectos que mostram a relevância da subjetividade social e a sua relação aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos.

Em suma, ao reconhecer e valorizar a dimensão subjetiva nos processos de inclusão, a escola pode proporcionar um ambiente educacional mais acolhedor, justo e efetivo, onde todos os estudantes se sentem parte ativa do processo de aprendizagem sendo incentivados a explorar seus potenciais, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

4. CAPÍTULO 4: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

É fundamental falar sobre o trabalho de alfabetização e letramento de Magda Soares, pois sua abordagem enriquece e aprofunda a compreensão desse processo educacional. Ao destacar o letramento como uma extensão da alfabetização, Soares amplia o escopo do ensino e enfatiza a relevância das práticas sociais e culturais da leitura e escrita. Com isso Magda Soares foi a principal referência teórica neste capítulo, utilizando de sua obra “Letramento: um tema em três gêneros” de 2009.

A alfabetização é o processo de aprendizagem das letras, sílabas e palavras, permitindo que uma pessoa se torne capaz de ler e escrever. Já o letramento envolve o uso efetivo da leitura e escrita nas práticas sociais, ou seja, a habilidade de compreender e utilizar a linguagem escrita em diferentes situações do cotidiano.

Segundo Magda Soares, a alfabetização tradicional foca na decodificação das letras, ou seja, aprender a associar sons às letras e formar palavras. Por outro lado, o letramento defende uma abordagem mais ampla, que considere a compreensão do sentido dos textos, a interpretação e o uso prático da escrita em diferentes contextos.

> “A alfabetização — faceta linguística da aprendizagem inicial da língua escrita — focaliza, basicamente, a conversão da cadeia sonora da fala em escrita.” (SOARES, 2016: 38)

Dessa forma, a alfabetização se dá por meio do ensino formal, enquanto o letramento é construído em práticas sociais e culturais, como ler jornais, escrever cartas ou interagir em redes sociais. Ambos os processos são complementares e essenciais para a formação de indivíduos capazes de se comunicar e participar plenamente na sociedade.

Para Soares (2009), a alfabetização e o letramento são conceitos interligados, mas distintos. A alfabetização se concentra na aquisição dos princípios básicos da escrita e da leitura, ou seja, aprender as letras, sílabas, sons e seus correspondentes para formar palavras e frases. Esse processo é essencial para que a pessoa se torne capaz de ler e escrever convencionalmente.

Por outro lado, o letramento é uma prática social que vai além da simples decodificação da escrita. Ele envolve a compreensão dos textos, a interpretação das informações, a capacidade de refletir criticamente sobre o que foi lido e a utilização

eficiente da escrita em diversas situações comunicativas, seja no trabalho, na escola, na família ou na comunidade.

> “Há, assim, uma diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado (atribuindo a essa palavra o sentido que tem literate em inglês). Ou seja: a pessoa que aprende a ler e a escrever - que se torna alfabetizada e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita - que se torna letrada - é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever-é analfabeta - ou, sabendo ler e escrever, não faz, uso da leitura e da escrita - é alfabetizada, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e prática a leitura e a escrita.” (SOARES 2009, p.36)

A abordagem de Soares destaca que o letramento não se restringe apenas a aprender a ler e escrever, mas sim a desenvolver habilidades de comunicação e participação social. Portanto, o letramento é um processo contínuo que se estende por toda a vida e está relacionado ao contexto sociocultural e às experiências de cada indivíduo.

Assim, a alfabetização e o letramento são complementares e se influenciam mutuamente. Uma alfabetização efetiva proporciona a base necessária para o letramento, enquanto o letramento enriquece e aprofunda o processo de alfabetização, tornando a leitura e escrita mais significativas para a vida das pessoas. Ambos os processos são fundamentais para promover a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento pleno dos indivíduos na sociedade.

4.1 REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao considerar as diferentes formas de linguagem e a diversidade de contextos em que a alfabetização é aplicada, o trabalho de Magda Soares (2005) valoriza a inclusão e a equidade na educação. Dessa forma, ao discutir o letramento em conjunto com a alfabetização, educadores e pesquisadores são incentivados a adotar uma abordagem mais holística e eficaz, proporcionando aos alunos uma educação mais significativa e preparando-os para enfrentar os desafios da vida em sociedade de forma crítica e reflexiva.

A abordagem holística na educação é um método que reconhece a importância de compreender os alunos como seres integrais, considerando não apenas seus aspectos acadêmicos, mas também seus aspectos emocionais, sociais e físicos.

Ela tem em vista promover o desenvolvimento global do estudante, incentivando a conexão entre o conhecimento adquirido e suas experiências de vida.

Ao adotar essa perspectiva, os educadores buscam criar ambientes de aprendizagem mais significativos, que estimulem o crescimento pessoal, a autoconsciência e a empatia, preparando os alunos para enfrentar desafios com uma visão mais abrangente do mundo.

A alfabetização é o processo de aprendizagem das habilidades de leitura e escrita, enquanto o letramento envolve a capacidade de utilizar essas habilidades de forma funcional e crítica na sociedade. Soares em sua obra reconhece e valoriza a diversidade dos alunos, promovendo o acesso ao conhecimento equitativamente e respeitando suas individualidades. Nesse contexto, a alfabetização e letramento são fundamentais para garantir a participação plena e efetiva de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas.

A reflexão sobre a alfabetização e letramento de Magda Soares na Educação Inclusiva nos conduz a uma jornada de compreensão mais profunda dos desafios e potencialidades da aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. A visão de Magda Soares traz importantes contribuições para a prática pedagógica inclusiva, redefinindo conceitos e propondo abordagens mais humanizadas.

Em seu trabalho, Magda Soares destaca que a alfabetização não se restringe ao simples ato de decifrar as letras e palavras, mas é um processo complexo e significativo, que envolve a construção de sentidos e a apropriação da linguagem escrita como uma ferramenta social. No contexto da Educação Inclusiva, essa abordagem é fundamental, ao reconhecer a importância de considerar as especificidades de cada aluno e suas vivências culturais no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a reflexão sobre a alfabetização e letramento nos convida a repensar a prática docente tradicional e a buscar formas mais flexíveis e personalizadas de ensino. A Educação Inclusiva requer uma adaptação contínua e sensível das estratégias pedagógicas, considerando as múltiplas inteligências, estilos de aprendizagem e ritmos de cada estudante.

Outro aspecto relevante é o letramento como uma prática social. Soares (2005) ressalta que a leitura e escrita têm significados diversos em diferentes contextos

sociais, culturais e históricos. Ao internalizar essa perspectiva, os educadores podem criar situações de ensino que se aproximem do cotidiano dos alunos, tornando a aprendizagem mais relevante e engajadora.

A reflexão sobre a alfabetização e letramento de Magda nos convida a considerar a importância do diálogo e da interação no processo educacional. O trabalho colaborativo entre alunos e professores pode enriquecer a construção do conhecimento, possibilitando a troca de experiências e a valorização das múltiplas vozes presentes na sala de aula.

Na prática pedagógica inclusiva, a reflexão sobre as ideias de Magda Soares nos leva a questionar a cultura do currículo único e a buscar alternativas que atendam às necessidades individuais dos alunos. O planejamento de atividades adaptadas e a utilização de recursos tecnológicos podem ser estratégias relevantes para garantir a participação e o progresso de todos.

A alfabetização e letramento é abrangente e sensível, ampliando nosso entendimento sobre o processo de aprendizagem e nos incentiva a buscar uma educação mais inclusiva, onde cada aluno seja respeitado em sua singularidade e encontre espaços significativos para se desenvolver plenamente. Ao incorporar suas ideias e princípios em nossa prática pedagógica, estaremos contribuindo para uma educação mais equitativa e humanizada, que valoriza a diversidade e a potencialidade de cada ser humano.

O trabalho pedagógico na alfabetização e letramento na perspectiva da Educação Inclusiva é um desafio enriquecedor para os educadores. Nessa abordagem, o foco não se limita apenas ao ensino das habilidades de leitura e escrita, mas também busca garantir o acesso e a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

O primeiro passo para uma prática pedagógica inclusiva na alfabetização e letramento é reconhecer e valorizar a diversidade presente na sala de aula. Os educadores precisam estar cientes das diferentes necessidades, estilos de aprendizagem e ritmos de cada aluno. Isso implica em adaptar o planejamento de aulas e atividades para atender às demandas específicas de cada estudante, buscando promover a aprendizagem significativa e efetiva para todos.

O uso da tecnologia, por exemplo, pode ser um aliado importante na alfabetização e letramento inclusivo, oferecendo recursos de acessibilidade e adaptando o ensino às necessidades individuais dos alunos. Além disso, é importante envolver a família e a comunidade no processo educacional, fortalecendo o suporte e a participação dos responsáveis na jornada de aprendizagem das crianças.

Outro aspecto relevante é promover um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados em sua singularidade. O combate ao preconceito e à discriminação é essencial para criar um espaço seguro, onde os estudantes possam expressar suas ideias e opiniões sem medo de serem julgados.

Nessa perspectiva o papel da escola e do professor é como mediadores do processo de aprendizagem. Os educadores devem criar ambientes de ensino que estimulem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, considerando os interesses e necessidades dos alunos, e oferecendo oportunidades de práticas significativas.

A avaliação também requer uma reflexão cuidadosa na alfabetização e letramento inclusivo. É necessário pensar em instrumentos de avaliação que considerem os diferentes modos de expressão dos alunos, considerando suas habilidades e potencialidades. A avaliação deve ser vista como uma ferramenta para identificar o progresso e as necessidades de cada aluno, e não como uma maneira de rotulá-los ou excluí-los do processo educacional.

5. CAPÍTULO 5: ALFABETIZAÇÃO COMO ATO DA APRENDIZAGEM E A PRÁTICA DOCENTE

A alfabetização é o ato da aprendizagem, onde os alunos se desenvolvem na habilidade de ler e escrever, conforme o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Como caráter singular do processo, nos instrui a repensar o modelo de ensino tradicional que propõe: o docente como a figura central e detentor do conhecimento; onde o estudante é o espectador da aula, suposto que ele memorize e reproduza os saberes transmitidos pelo professor.

Tendo o texto “O Sujeito que Aprende — Desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica” como referência, consegue-se compreender os aspectos subjetivos da aprendizagem, sendo eles: o caráter singular do processo de aprender, e a compreensão da aprendizagem como uma prática dialógica, as quais impactam positivamente o processo de alfabetização dos estudantes.

O texto nos permite compreender os aspectos subjetivos da aprendizagem. Incluindo o reconhecimento do caráter singular do processo de aprender e a compreensão da aprendizagem como uma prática dialógica, ambos impactando positivamente o processo de alfabetização dos estudantes.

Os docentes que possuem a concepção de que cada sujeito possui um processo singular na aprendizagem, ao incluir esse ponto de vista em sua prática pedagógica, proporcionando aos sujeitos o ensino com base em suas experiências e ideias. Os conteúdos de ensino são estabelecidos em função das experiências que o sujeito vivencia, frente aos desafios cognitivos e situações problemáticas, valorizando os processos mentais e às habilidades cognitivas, incluindo nessas experiências os conteúdos propostos na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e Currículo em Movimento da Educação Básica.

Docentes que entendem o processo de aprendizagem como único, podem adaptar suas práticas pedagógicas para atender às experiências e ideias individuais. Isso envolve o uso de conteúdos de ensino baseados nas vivências dos alunos, incentivando a reflexão e a participação ativa.

Ou seja, a escola deve adequar as necessidades individuais do sujeito ao meio social, integrando os alunos em situações que gerem interesse aos estudantes,

apresentando desafios cognitivos, estimulando a reflexão. Os sujeitos devem ter acesso a informações e instruções que permitam pesquisa, descoberta de conceitos, as quais devem ser incentivadas e mediadas com ajuda do professor.

A escola deve integrar os alunos em situações que despertem interesse e desafios cognitivos, oferecendo oportunidades para pesquisa e descoberta de conceitos. As atividades lúdicas e a experiência têm grande relevância na alfabetização e letramento, permitindo que as crianças adquiram novas habilidades em diferentes aspectos.

O docente deve garantir a oportunidade de colocar os conceitos descobertos, à prova para testar sua aplicação, trazendo contexto social aos conteúdos mediados de forma criativa e interessante aos alunos.

A aprendizagem por meio da ludicidade e da experiência na alfabetização e letramento no BIA é de grande relevância, visto que o ensino através dessas características, facilita a aprendizagem das crianças, do ponto de vista didático as atividades lúdicas possibilitam que as crianças adquiram novas habilidades em relação aos aspectos cognitivos, sociais e físicos.

Na sala de aula é preciso que as vivências e o criativo sejam direcionados e objetivados para poder levar a resultados positivos para todos os sujeitos envolvidos nesse processo de alfabetização.

> O professor progressista, como educador e também sujeito do processo, estabelece uma relação horizontal com os alunos e busca no diálogo sua fonte empreendedora na produção do conhecimento. O docente, sem impor suas ideias e concepções, procura estar a serviço do aluno superando a visão do aluno objeto, portanto, nega toda forma de repressão no processo e possibilita a vivência grupal. (Behrens 2005, p. 73)

A compreensão da aprendizagem como uma prática dialógica, implica em colocar o professor em uma relação horizontal com os alunos, não há uma relação superior imposta, o professor caminha junto aos alunos intermediando esse processo de aprendizagem. O professor utiliza o diálogo como método básico, é através dele que o educador e educandos vão ser estudantes ativos para a construção do seu conhecimento.

> E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé

> um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (FREIRE, 2005, p. 115)

Essa prática se opõe à padronização, tornando o aluno o sujeito ativo no seu processo de aprendizagem, estimulando o envolvimento do aluno, transformando o processo de aprendizagem, que passa a ser norteado pela reflexão, ou seja, convertendo a sala de aula com um espaço de reflexão e diálogo, visto que a aprendizagem é uma ação construtivista que precisa do envolvimento do sujeito.

O docente deve compreender que cada aluno envolvido no processo de aprendizagem é capaz de se desenvolver, desde que haja um ambiente propício e uma metodologia adequada. Aos profissionais envolvidos, cabe-lhes o papel de mediadores do processo ensino-aprendizagem, para pensar e repensar a alfabetização, adequando os processos, as práticas e as metodologias escolhidas, considerando as singularidades de cada aluno.

> "[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos". (Declaração de Salamanca, 1994, p.8-9)

A partir desse ponto de vista, o docente é o facilitador da construção do conhecimento, considerando as diferenças individuais, como as habilidades, ritmos e capacidades, para lidar com o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) com os alunos.

A aprendizagem faz parte do processo desenvolvimento do sujeito, de acordo com González Rey (2005) o desenvolvimento está associado aos processos sociais da instituição escolar, isso acontece, pois, esses processos estão intrínsecos na mente dos sujeitos que realizam a prática pedagógica/ação docente, como a sala de aula, como espaços de trocas significativas na aprendizagem a partir do diálogo.

De acordo com Da Paz (2016) existe um receio por parte não só dos docentes, mas das pessoas as quais fazem parte do processo de alfabetização na perspectiva inclusiva, com a inserção de crianças que chegam à escola já com uma etiqueta falando sobre a dificuldade que vai ser o processo de aprender a ler e a escrever com ela. Uma criança que vai precisar de uma atenção individualizada e que demanda algum tipo de intervenção diferente do tradicional e homogêneo que aplica para as outras crianças.

A etapa da alfabetização é um processo cheio de desafios que aumenta na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, porque a criança já chega taxada como um sujeito difícil, “que vai dar trabalho”, tem muita dificuldade, ainda com a visão de que talvez ela não aprenda.

Ainda atualmente existe a visão de que a aprendizagem é a reprodução de conceitos. Esse ponto de vista da aprendizagem, apresentado a partir dos desafios ao desenvolvimento no contexto de inclusão, visto que muitas vezes essas crianças têm dificuldades em reproduzir os conceitos, não considerando a capacidade de criar e adaptar que fazem sentido a esses estudantes.

> Assim, a aprendizagem no cenário escolar está orientada mais pela transmissão de conhecimentos verdadeiros, do que pela discussão e reflexão dos conteúdos apresentados: aos alunos lhes é transmitido um mundo feito, não um mundo em processo de construção e representação, o que desmotiva a curiosidade e o interesse deles. Nesse processo, desestima-se o pensamento em prol da reprodução e da memória. Existe um conhecimento “certo” que já está pronto e que o aluno tem que saber, mas nada existe de novo que possa ser acrescentado por ele. (GONZÁLEZ REY, 2008, p. 31)

Ao refletir sobre o desenvolvimento na aprendizagem de crianças com deficiência, é possível perceber três desafios, sendo eles:

1. Reconhecer que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem e desenvolvimento, evitando comparações com os demais alunos e permitindo um processo individualizado;
2. Combater a visão de que o desenvolvimento das crianças com deficiências está “atrasado”, entendendo que elas podem alcançar suas metas e avanços em seus próprios termos; e
3. Ir além da inclusão apenas no papel, garantindo um ambiente realmente inclusivo, que promova a participação ativa.

Fonte: *Elaboração da autora*

Sem esses princípios, a aprendizagem está reduzida na visão em que ela é a reprodução de um saber, a habilidade em replicar o conhecimento em uma prova. Como produção contínua de sentidos subjetivos, a aprendizagem, acrescenta ao processo de desenvolvimento, ao processo simbólico da alfabetização, uma qualidade singular via a afetividade. Assim, a afetividade deixa de ser um motor, como considerada por Piaget (1996) para se constituir como intrínseca ao processo.

A alfabetização na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, demanda:

1. Estudo contínuo e formação continuada;
2. Análise do contexto da turma;
3. Escolha metodológica;
4. Apoio da equipe especializada e pedagógica; e
5. Presença familiar no contexto.

Fonte: *Elaboração da autora*

Para o desenvolvimento desse processo, a escola deve ter profissionais que saibam o que é a Educação Inclusiva autêntica, que tenha o apoio também de um especialista como o AEE, para preparar a equipe e desmistificar as crenças fatalistas, pré-determinadas sobre a alfabetização na perspectiva inclusiva.

Crenças nas possibilidades que ao invés das impossibilidades, vão construindo um clima positivo no processo em que a inclusão, seja acompanhada de uma prática pedagógica de qualidade.

Ressalta-se que não existe um método global e único que possua evidências científicas que proporcione o aprendizado a todos os alunos. Para o docente conseguir estimular o aprendizado e o desenvolvimento da turma, ele precisa aliar a Educação Inclusiva nas suas práticas educativas. A Educação Inclusiva atende às necessidades educativas especiais de todos por meio do compromisso dos docentes em eliminar as barreiras para a plena aprendizagem e o desenvolvimento das crianças da turma.

Na busca do docente em expandir a aprendizagem da turma na perspectiva inclusiva, precisa criar estratégias de ensino, pensadas e analisadas pelo docente, para poderem agregar ao processo de aprendizado, além de promover que o aluno consiga se sentir como parte do todo.

O professor precisa articular a alfabetização criativamente, a facilitar a construção do conhecimento, articulando as práticas pedagógicas com a equipe pedagógica e com ajuda especializada do Atendimento Educacional Especializado (AEE), trazendo também para esse contexto a interação com os pais, recursos lúdicos e tecnológicos, dentre outros.

A alfabetização, no contexto inclusivo, é um instrumento de cidadania e autonomia. A alfabetização traz consequências sociais, culturais, políticas, no contexto coletivo e individual.

> "[…] por uma perspectiva mais limitada, a alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar alfabético, sendo necessário alfabetizar letrando, de forma que a criança possa ler e escrever e também apropriar-se de habilidades, para usar socialmente a leitura e a escrita". (Soares, 2003, p. 31)

Para uma aprendizagem efetiva, é importante que o docente seja um facilitador do conhecimento, considerando as diferenças individuais dos alunos e mediando o processo de ensino-aprendizagem de forma inclusiva.

Superar desafios no contexto da inclusão é fundamental, não rotulando ou subestimando os estudantes, mas valorizando suas capacidades e incentivando uma aprendizagem significativa e reflexiva.

É essencial que a escola conte com profissionais capacitados em educação inclusiva, proporcionando estudo contínuo e formação adequada. Os docentes precisam criar estratégias de ensino criativas e inclusivas, envolvendo a equipe pedagógica, o AEE e os pais, além de recursos lúdicos e tecnológicos para enriquecer o processo de aprendizagem.

A alfabetização no contexto inclusivo é um instrumento poderoso de cidadania e autonomia, tendo impactos sociais, culturais e políticos tanto individualmente quanto coletivamente. É importante compreender que a alfabetização não se resume apenas ao domínio da leitura e escrita, mas também ao uso social dessas habilidades, possibilitando a participação plena na sociedade.

6. CAPÍTULO 6: AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A avaliação escolar é um recurso empregado pelo professor para avaliar a situação de ensino e aprendizagem de cada estudante em relação aos conteúdos ministrados pelo professor, mas também em relação a outros aspectos. Ela é responsável por refletir sobre a qualidade do trabalho escolar, tanto para os alunos quanto para o professor.

Os docentes a partir da avaliação tem a oportunidade de observar quais as práticas didáticas, que estão sendo efetivas no contexto da turma. Com base na análise da avaliação, conferem o que precisam melhorar e aprimorar em relação ao objeto de estudo, além de entender os desafios individuais dos alunos e pensar em estratégias que atuem de maneira específica, sanando as dificuldades.

O fenômeno da avaliação em sala de aula contém pelo menos três componentes. Sendo eles:

1. Elemento instrucional;
2. Avaliações de comportamento; e
3. Avaliação de valores e atitudes.

O primeiro aspecto é o elemento instrucional, sendo o mais conhecido na avaliação. Ele mede o domínio de habilidades e dos conteúdos em testes, exames e trabalhos. A maioria das definições de avaliação simplesmente captura esse elemento, enfatizando que a avaliação visa descobrir o que os alunos aprenderam, não diferencia a aprendizagem e desenvolvimento da habilidade em memorização.

O segundo componente, consiste em avaliações do comportamento dos alunos em sala de aula, é uma ferramenta de controle e poder no ambiente escolar, ao permitir que os professores exijam que os alunos sigam regras. Esse elemento está relacionado a concepção do professor em relação ao comportamento do aluno, e partir do que o docente considera um bom comportamento que ele considerará um bom ou mal aluno, está ligado a função de controle e poder.

Já o terceiro aspecto é a avaliação de valores e atitudes, do que ocorre diariamente em sala de aula, inclusive submetendo os alunos a broncas verbais, críticas e até humilhações em sala de aula por criticarem seus valores e atitudes.

Os três fenômenos da avaliação em sala de aula, precisam estar transformados na perspectiva da escola inclusiva.

Avaliar processualmente, de acordo três princípios da avaliação é um desafio para escola. Se o docente utilizar a avaliação somente para com os alunos e não realizar a avaliação da sua prática, a avaliação está com prometida. Não existe um método global de aprendizagem e nem de avaliação. Como podemos esperar que o aluno aprenda, sendo que não se busca refletir sobre um único método para todos que não considere as singularidades de necessidades pedagógicas específicas.

O processo de inclusão traz implicações para a constituição do espaço escolar, exigindo modificações significativas nos processos de ensino em todos os seus âmbitos, do político ao pedagógico e avaliativo. A avaliação é uma etapa de grande significância, mas só válida quanto é uma via de mão dupla entre docente e estudante.

A avaliação, na perspectiva inclusiva, tem a concepção de que toda criança tem direito a aprendizagem e ao desenvolvimento, com isso é dever da escola garantir condições que favoreçam a aprendizagem a todos os estudantes matriculados na escola, portanto a avaliação é ponto de partida para o planejamento do docente.

O docente ao ter a devolução da avaliação, precisa analisar sua prática e se questionar sobre alguns exemplos antes de planejar, são:

1. O que os alunos aprenderam;
2. O que ainda falta ser aprendido; e
3. Quais são as melhores ações pedagógicas para este caso.

Essa análise pontua como deve ser o procedimento do professor, indica qual ação auxiliará o desenvolvimento do sujeito. Ao fazer essa análise, o docente facilita o planejamento da intervenção, ampliando o olhar para à diversidade de cada sujeito, articulando, assim, diversidades necessidades pedagógicas. Podendo assim garantir condições que favoreçam a aprendizagem dos sujeitos.

A avaliação do docente se dá: ao perceber seu relacionamento com os alunos, entender a motivação dos alunos, as estratégias estão adequadas a estudantes dessa idade e nessa realidade, esses alunos têm a curiosidade e a capacidade de pensar.

6.1 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As Diretrizes de Avaliação Educacional para a rede pública de ensino na Educação Inclusiva são um documento essencial que busca promover uma avaliação mais justa e equitativa para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais.

Essas diretrizes oferecem importantes reflexões sobre como a avaliação pode se tornar uma ferramenta inclusiva e efetiva, garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás. Em vez de focar apenas em resultados padronizados, a avaliação educacional inclusiva visa valorizar o progresso individual de cada estudante, reconhecendo suas conquistas e potencialidades específicas.

Além disso, as diretrizes incentivam utilizar metodologias e instrumentos de avaliação flexíveis, que permitam a adaptação às diferentes formas de aprendizagem dos alunos. Isso inclui a aplicação de recursos de acessibilidade e apoio necessários para que estudantes com deficiência possam participar plenamente dos processos avaliativos.

As reflexões das Diretrizes de Avaliação Educacional também destacam a importância de envolver toda a comunidade escolar no processo de avaliação, incluindo pais, professores e profissionais de apoio. A comunicação e o compartilhamento de informações entre esses atores são fundamentais para obter uma compreensão mais completa do desenvolvimento dos alunos e garantir que os planos de ensino sejam adaptados adequadamente às suas necessidades individuais.

Ressalta-se que a avaliação não deve ser vista apenas como um meio de classificação ou exclusão, mas sim como uma oportunidade para o aprimoramento contínuo do ensino e da aprendizagem. Ao adotar uma abordagem formativa e inclusiva, a avaliação educacional pode se tornar uma poderosa aliada na promoção da igualdade de oportunidades e na construção de uma educação mais inclusiva e humanizada.

As Diretrizes de Avaliação Educacional para a Educação Inclusiva oferecem um conjunto valioso de reflexões que buscam transformar a avaliação em uma ferramenta construtiva e solidária, que valoriza a diversidade dos alunos e os apoia em seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Ao seguir essas orientações, a rede

pública de ensino pode avançar significativamente em direção a uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com o sucesso de todos os seus estudantes.

6.2 IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A importância da avaliação no processo de ensino e aprendizagem surge através da sua prática de forma contínua, qualitativa e quantitativa. Deve-se verificar se os objetivos do ensino foram alcançados, além de compreender a complexidade e a dimensão do que o sujeito aprendeu em um processo constante, permitindo que o docente e a escola possam conhecer o aluno, bem como as suas condições de aprendizagens.

Esse processo é necessário para a formação dos sujeitos, uma vez que permite que os docentes ao realizarem feedback no que se refere ao processo de desenvolvimento e aprendizagem do sujeito, o qual estabelece uma reflexão referente aos seus saberes, demonstrando-se como uma importante ferramenta na busca do processo de ensino e aprendizagem.

> “Praticar ações avaliativas pautadas pela investigação dos percursos experienciados pelas crianças e professores no processo de aprendizagem ensino é o que perseguimos nas pesquisas realizadas nos últimos anos. Nesse processo, o desafio de garantir a participação efetiva das crianças nas práticas de avaliação realizadas no cotidiano da sala de aula tem sido enfrentado e muito nos tem ensinado e contribuído para desnaturalizar e interrogar modos aprendidos e hegemônicos de avaliar (e de aprender ensinar).” (VENÂNCIO et al., p. 02).

É de fundamental importância relembrarmos que o ato de avaliar não diz respeito a somente atribuir uma nota ao aluno, mas sim refletirmos e analisarmos a respeito do processo de ensino-aprendizagem, as práticas adotadas em sala de aula pelo professor e ações desenvolvidas pela equipe da escola.

Na contemporaneidade temos o conhecimento de cada sujeito, apresenta suas habilidades e dificuldades e cabe ao docente refletir sobre suas ações pedagógicas, visando despertar o interesse de seus alunos. Sendo assim é recomendável a criação e o uso de metodologias inovadoras no ensino, trazendo a ludicidade para promover o ensino e consolidar novas práticas de avaliação. “Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo” (HOFFMANN, 2008, p. 17)

Podemos interpretar essa citação como: a avaliação deve ser um processo que caminha de mão dadas entre os saberes entre docente e discente, a qual por meio da avaliação o docente consegue identificar os processos de aprendizagem dos sujeitos, respeitando a pluralidade do contexto escolar e buscando sua aplicação na busca pela concepção de uma formação humana integral no ensino.

Identificando as dificuldades e o alcance dos objetivos da aprendizagem no processo de ensino, alcança uma aprendizagem efetiva, com uma maior qualidade nesse processo, através de uma prática que visa à evolução e superação, por meio da compreensão e promoção de ações em benefício dos discentes.

6.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR E AS PRÁTICAS DOCENTES

Ao pensarmos sobre as práticas docentes é importante ressaltar que ao construir uma prática docente deve-se pensar nos alunos, pois como foi visto cada sujeito apresenta suas habilidades, e sua bagagem de conhecimentos. Possibilitando trazer para a prática da sala de aula discussões e exposições de diversos saberes no espaço escolar.

É através da interação entre os pares em sala de aula que os sujeitos têm a oportunidade de criar condições de aprendizagens, onde o professor deve estimular um conhecimento integral totalizador, entrelaçando fatos históricos, culturais, ambientais, econômicos.

Mediante a uma concepção de formação humana integral, a qual se objetiva a fazer uma formação do cidadão em sua totalidade, como sujeito de direitos e deveres, desenvolvendo sua cidadania e o desenvolvimento das potencialidades humanas em suas dimensões intelectuais, afetivas, estéticas, físicas, sempre contextualizando com a realidade dos discentes.

Com isso é aconselhável que os docentes administrem, criem e realizem práticas conforme o ritmo de aprendizagem dos sujeitos, pensando na função e objetivo social da escola.

Ao desenvolver práticas docentes que considerem as individualidades dos alunos e suas habilidades, é possível promover discussões e exposições de diversos conhecimentos no ambiente escolar. A interação entre os colegas em sala de aula oferece oportunidades para criar condições de aprendizagem, com o professor

estimulando um conhecimento integral que abarque aspectos históricos, culturais, ambientais e econômicos.

Uma concepção de formação humana integral visa preparar o cidadão para seus direitos e deveres, estimulando o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas em todas as dimensões intelectuais, afetivas, estéticas e físicas, sempre conectando com a realidade dos alunos. Nesse sentido, os docentes devem administrar, criar e realizar práticas de acordo com o ritmo de aprendizagem dos estudantes, levando em conta a função e o objetivo social da escola.

7. CAPÍTULO 7: METODOLOGIA

No presente TCC, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, para compreender concepções de docentes sobre a alfabetização de estudantes com deficiência. Procura-se compreender ideias e pensamentos, sobre como os cinco profissionais entendem e efetivam a alfabetização de estudantes com deficiência no espaço de inclusão escolar.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola pública, na região administrativa Vicente Pires, do DF. A escolha da instituição de ensino, foi atrelada ao fato de que a autora já havia atuado como educadora social voluntária e estagiária, na referida escola.

Os cinco docentes participantes da pesquisa atuam nos contextos do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) dessa escola regular. Assim, estão ligados aos três primeiros anos do ensino fundamental em que os escolares se dedicam a aprender a ler e escrever. A pesquisa qualitativa permitiu buscar compreender as concepções dos docentes a partir de sua explicação e motivos, sobre como entendem e efetivam a alfabetização inclusiva.

7.1 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de uma região administrativa de Brasília, que atende o Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano). Conforme as Diretrizes Pedagógicas da SEDF, o Bloco Inicial de Alfabetização — BIA se estabeleceu para o ingresso das crianças no 1º ano escolar iniciarem seu processo de alfabetização, com a idade de seis anos completos até 31 de março. Foi no ano de 2006, que a Proposta Pedagógica do BIA foi aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, e no ano de 2013 a proposta de ciclo foi ampliada para atender também o 4º e 5º anos.

O trabalho pedagógico da escola pesquisada é organizado em dois blocos, distribuídos em dois turnos, sendo eles:

1. Matutino: 1º, bloco1º — 2º e 3º anos com 8 turmas; e
2. vespertino: 2º, bloco — 4º e 5º anos com 6 turmas.

Fonte: *Elaboração da autora.*

O número de alunos e turmas da escola é:

TURMAS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º ano	5º ano	N.º Turmas	N.º Alunos
MATUTINO	2	1	2	1	1	7	176
VESPERTINO	2	1	1	2	1	7	177

Fonte: *Elaboração da autora.*

Os profissionais em sua maioria residem na mesma região administrativa a qual a escola está localizada, possuem nível superior e especialização. São colaboradores, integrados à direção, equipe pedagógica, professores e aos alunos.

A escola possui a função social de oferecer uma educação de qualidade aos educandos, através de meios para o desenvolvimento para o exercício da cidadania consciente, criativa e autônoma.

A gestão da escola afirma que a escola busca transformar a comunidade onde a mesma está inserida. A partir da adoção de uma Educação Integral, visando os alunos como protagonistas e agentes sociais, com a garantia dos direitos, contemplando as diferentes dimensões da formação humana, considerando-os como atores sociais em seu direito à aprendizagem, buscando o acesso e a garantia do acesso e da permanência ao ensino.

7.2 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR REFERIDA

O Projeto Político-Pedagógico — PPP de uma escola é o instrumento teórico metodológico que define as relações escolares com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer.

O PPP da escola referida foi elaborado no ano de 2021/2022 e recebeu alterações no ano de 2023. De acordo com ele, alguns alunos que apresentam defasagem e dificuldades de aprendizagem, recebem o atendimento necessário, objetivando seu crescimento pedagógico.

No processo de elaboração do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, o conselho de classe desempenhou um papel fundamental. Esse conselho é composto por gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e representantes dos funcionários e dos alunos, proporcionando uma visão abrangente das necessidades e expectativas da comunidade escolar. Além disso, a parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e a participação do

Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) também foram fundamentais na construção coletiva do PPP, trazendo conhecimentos e recursos relevantes para o aprimoramento das políticas educacionais, infraestrutura escolar e questões relacionadas à alimentação e nutrição, criando um ambiente propício para o sucesso e o desenvolvimento dos alunos.

A escola enfatiza a aprendizagem significativa, contextualizada e interdisciplinar, planejando aulas, elaborando projetos educativos diversificados, selecionando materiais e sistemas de avaliação docente e discente, proporcionando formação continuada aos professores no espaço da coordenação pedagógica e em parceria com o CRAI de Taguatinga e a EAPE.

Apresenta a missão da escola em oferecer uma educação de qualidade, proporcionando ao educando meios para que se desenvolvam com vistas ao bom exercício da cidadania, consciente, criativa e autônoma.

No PPP apresenta que os docentes são responsáveis pela formação integral dos nossos alunos, contribuindo com uma formação ética e responsável em espaços escolares como: a cantina, a sala de leitura, o pátio, a quadra de esportes, o laboratório de informática, os corredores, as salas de aula, secretaria entre outros.

Apresenta como fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos que, em articulação como Currículo em Movimento, estão ancorados na Pedagogia Histórico-crítica e na Psicologia Histórico-cultural que relaciona o desenvolvimento humano aos aspectos culturais, históricos e instrumentais, compreendendo a realidade de forma dinâmica, sistêmica e complexa.

A expressão “Pedagogia histórico-crítica” foi criada por Dermeval Saviani no ano de 1978 e refere-se a uma perspectiva pedagógica que surgiu num contexto de busca por saídas teóricas que superassem os limites apresentados pelas teorias crítico-reprodutivistas.

A pedagogia histórico-crítica busca compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo, situando-a no processo de transformação histórica e assumindo um compromisso com a transformação social em defesa dos interesses dos dominados, voltada para a construção de sujeitos críticos. Em relação

à Psicologia Histórico-Cultural está associada fundamentalmente aos nomes Vygotsky (1896 – 1934), Leontiev (1903 – 1977) e Luria (1902 – 1977).

7.3 O EXERCÍCIO DA PESQUISA

Como autora, foi possível estabelecer o contato com a escola através da atuação no programa Educador Social Voluntário (ESV) em 2023, e estágio supervisionado. Esse vínculo facilitou a realização da pesquisa, permitindo o acesso aos professores que prontamente concordaram em participar das entrevistas. A proposta da pesquisa foi explicada à vice-diretora, que concedeu permissão para realizar o estudo na escola.

As entrevistas foram conduzidas com cinco docentes do bloco BIA, ocorrendo durante o período de coordenação das professoras, na sala dos professores. Foram estruturadas com seis perguntas objetivas, alinhadas aos objetivos específicos e gerais do trabalho. As perguntas foram inspiradas em leituras realizadas para a construção dos capítulos do presente TCC, buscando compreender como os docentes efetivam alfabetizar estudantes com deficiência no ambiente inclusivo. O objetivo era tornar as entrevistas um momento de escuta, em um processo confortável para as entrevistadas, adaptando o roteiro conforme a situação e a docente, o que não foi necessário, visto que as professoras se sentiram confortáveis em responder à entrevista.

Além das entrevistas, a pesquisa contou com as leituras, a observação do contexto escolar e documentos. As entrevistas foram gravadas para posterior análise. Os dados coletados foram interpretados qualitativamente, permitindo alcançar os objetivos propostos para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A entrevista teve dois momentos distintos, sendo eles:

1. Perguntas contextuais (sobre o docente, alunos e a escola); e
2. Perguntas específicas (sobre concepções dos docentes).

PERGUNTAS CONTEXTUAIS	Curso de graduação? Tempo de atuação na educação básica?

	Qual o contexto da sua turma atual? Contexto escolar?
PERGUNTAS ESPECÍFICAS	Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência? Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva? Para você, o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências? Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante?

Fonte: *Elaboração da autora.*

7.4 RESULTADOS DA PESQUISA

A tabela abaixo contém as respostas das entrevistas, as quais foram transcritas e transformadas em tabela.

TURMA	DOCENTE (REPRESENTAÇÃO DA TURMA)	DADOS DA ENTREVISTA
1º A	PROF. 1º A (2023)	**Curso de graduação?** Pedagogia e pós-graduação em Orientação Educacional e Séries Iniciais. **Tempo de atuação na educação básica?** 27 anos. **Qual contexto da sua turma atual?** Turma de Integração Inversa composta de 18 alunos em processo de alfabetização (1 aluno cadeirante e 1 aluno com Síndrome de Williams e DI) 1 Monitora.

		Contexto escolar? Os alunos são provenientes da própria comunidade **Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência?** Como professora alfabetizadora de alunos com deficiência busco ser facilitadora no processo de aprendizagem e contribuir para seu desenvolvimento global. Para que eles avancem tanto na aprendizagem/ alfabetização, quanto socialmente e em suas atividades cotidianas. **Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva?** Além das aulas regulares têm aula de Educação Física através do Projeto Educação com Movimento, Aula de Informática e Sala de Leitura. Os alunos realizam todas as atividades de acordo com suas capacidades e limitações. **Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências?** É muito importante conhecer bem o diagnóstico dos alunos, suas características e potencialidades, dependendo da deficiência, é importante ressaltar a importância da flexibilização do currículo e levar em consideração o que é essencial para cada estudante com deficiência. **Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante?** Principalmente no Bloco Inicial da Alfabetização buscamos trabalhar de forma que os alunos avancem dentro de suas capacidades e habilidades. Lembrando sempre de trabalhar com a área de interesse, entendendo que a aprendizagem ocorre de formas diferentes para cada estudante.
1º B	PROF. 1º B (2023)	**Curso de graduação?** Pedagogia. **Tempo de atuação na educação básica?**

		26 anos. **Qual contexto da sua turma atual?** A turma contém 27 alunos; 1 autista laudado, e uma educadora social. **Contexto escolar?** Escola Classe com 14 turmas de Ensino Fundamental, com turmas de inclusão, contendo diversidades de singularidades. **Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência?** A alfabetização é um contexto muito importante dentre as etapas de aprendizagem de uma criança, que exige muita paciência, estudos, atualizações das estratégias, o que inclui aquisição de conhecimentos sobre o atendimento às crianças com deficiência, que requer as adequações, para possíveis singularidades, limites, diferenças. Cada criança e cada deficiência exige diferentes atendimentos, adequações conforme a sua necessidade. Na alfabetização já é comum aparecer diferenças de níveis de aprendizagens, o que já requer do professor estratégias diferenciadas, o que tento dispor aos alunos, buscando materiais de melhor acesso à aprendizagem. Para isso o próprio aluno é meu foco de observação para ir planejando, retomando, reavaliando, oferecendo estratégias diferenciadas, bem como modo de falar, melhor lugar para a criança se sentar, coleguinhas com quem o aluno se sinta bem, adaptações nas atividades, no material a ser usado como ferramenta para essa aprendizagem. O professor precisa gostar dessa área, para que possa lidar com tantas demandas, tanto da própria alfabetização, como do atendimento às adversidades em sala. Não é simples, fácil. Porém, para quem gosta é gratificante. Algumas vezes frustrante por não se conseguir alcançar aprendizagem almejada. **Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva?** O aluno com deficiência e demais ainda sem terminar o diagnóstico, são atendidos com os

		recursos que temos em mãos, o que ainda é inferior ao necessário. Mas nós esforçamos pra que eles sejam bem-sucedidos. _____ **Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências?** A criança com deficiência precisa estar na escola, com a família e rede de apoio (exemplo: fono, psicóloga, psicopedagógico, atividade físicas, acompanhamentos médicos, atenção intensa dos responsáveis, recursos materiais) o que muitas vezes não se consegue. Tudo isso repercute no processo da alfabetização e de outras fases da aprendizagem. _____ **Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante?** A alfabetização sempre foi um desafio e com o processo de inclusão, mais ainda. Trabalho na expectativa de bons resultados, me esforçando para alcançar as crianças nesse processo, com melhores resultados possíveis. Ainda nos deparamos com situações burocráticas, como tempo limite para redução de alunos na turma, limites para se receber os laudos para se formar turmas para anos seguintes, limitações para se ter monitores ou educadores sociais nas turmas com deficiência (o que no meu ver, esses profissionais já deveriam acompanhar as turmas de alfabetização independente de ter aluno com deficiência e com habilitação na área). A minha turma é acompanhada por educadores sociais voluntários, mas ainda sem redução adequada, justamente por conta das questões burocráticas e físicas (não há sala para se dividir a turma e o aluno foi apresentado posteriormente a formação das turmas).
2º A	PROF. 2º A (2023)	**Curso de graduação?** Licenciatura em Letras - Português e Espanhol _____ **Tempo de atuação na educação básica?** 25 anos e 5 meses**.** _____ **Qual contexto da sua turma atual?**

		A turma é formada por 18 alunos, sendo 3 alunos com diagnóstico de autismo e um aluno com investigação médica e psicológica em andamento. A turma conta com ajuda de uma educadora social voluntário durante 2 horas por dia. **Contexto escolar?** Escola Classe, fundamental 1. A escola atende as crianças da comunidade no 1º ao 5º ano, sendo 7 turmas no turno matutino e 7 turmas no turno vespertino. **Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência?** Os estudantes com deficiência precisam receber atendimento individualizado constantemente. Dessa forma, consigo perceber os avanços e dificuldades no processo de alfabetização de cada um. Ao perceber dificuldades, é mais fácil traçar as intervenções necessárias para se ter avanço. **Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva?** A realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva hoje, sofre com o número elevado de alunos nas turmas, falta de monitores e educadores sociais, escassez de recursos adaptados e déficit de profissionais especializados. **Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências?** O processo de alfabetização de crianças com deficiências envolve primeiramente a empatia, o colocar-se no lugar do outro e manter um bom relacionamento com a criança. O processo de alfabetização de crianças com deficiência é semelhante aos daqueles considerados “normais”, realizando as intervenções quando necessário. **Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante?** Sou alfabetizadora há muitos anos, e percebo que uma boa relação com o estudante é muito importante para o processo de ensino e aprendizagem. O acompanhamento individual e diário também é imprescindível. Uma escola inclusiva respeita e aceita as diferenças individuais, valoriza a

		contribuição de cada um e convive harmoniosamente dentro da diversidade humana.
3º A	PROF. 3º A (2023)	**Curso de graduação?** Estudos sociais com habilitação plena em história e pedagogia _____ **Tempo de atuação na educação básica?** 25 anos _____ **Qual contexto da sua turma atual?** Atualmente atuo com uma turma de 3º ano no turno matutino. Essa turma possui 21 alunos, sendo dois alunos com Necessidades Educacionais Especiais - ANEE, os dois tem diagnóstico de TDAH[2] e um deles ainda possui o diagnóstico de DEPAC[3] e TOD[4]. Esses alunos por regra não possuem direito a monitores, mas como o aluno TOD necessita de acompanhamento a escola reconfigurou os monitores que atendem a escola é uma educadora o acompanhada de 9:20 da manhã as 11:30. Esse acompanhamento faz se necessário pois sem ele o aluno fica muito agitado, recorre a professora constantemente, o que a reduz sua capacidade de atender os outros alunos. No início do ano letivo a mãe do aluno com DEPAC e TOD tinha muita resistência em tratá-lo com medicação que o médico havia prescrito, no decorrer do bimestre ela começou a medicá-lo o que ajudou muito no seu comportamento em sala de aula. Já o outro aluno mesmo necessitando de uma atenção maior realiza as atividades com mais independência e socializa com os outros alunos e muito bem acompanhado pela família que está em constante contato com a professora. Já a família do outro aluno o primeiro situado se mostra insatisfação com a escola e com a professora. _____ **Contexto escolar?** O contexto escolar não é muito acolhedor em relação às necessidades dos alunos e da professora. Apesar de ter colocado um monitor (educador social) durante um período a impressão que tenho e que foi feito mais pela recorrência da ida do estudante a direção.

[2] TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.
[3] DEPAC - Distúrbio de Déficit de Atenção com Hiperatividade e Comportamento Perturbador.
[4] TOD - Transtorno Opositivo Desafiador.

		Outro fator hostil e que apesar da escola ter vários professores readaptados sem a restrição de alunos, quase todos eles se ocupam com a questão burocrática da escola, ficando alguns poucos para atendimento na biblioteca e sala de informática e uma só professora que atende alguns alunos para reforço. Essa professora começou a atender o aluno TOD, no entanto o desligou pois o mesmo dava muito trabalho. Os alunos ANEE atualmente não são atendidos nem pela sala de recursos nem pela equipe de apoio que se limita a fazer relatórios e observá-los ao passar a porta da minha sala que é vizinha a elas. A escola não possui supervisor pedagógica e a coordenadora nunca perguntou sobre algo que esses alunos precisem ou sugeriu atividades para serem realizadas especificamente com esses alunos, assim como, a vice-diretora que pelo que parece é responsável pelo pedagógica da escola junto com a coordenação ao contrário muitas vezes ao encontrar o aluno com TOD foi hostil. Já no âmbito da SEDF não é diferente, não há nenhuma preparação específica são ofertados alguns cursos pela EAPE no qual muitas vezes o professor fica fora da seleção. _____ **Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência?** O meu papel na alfabetização de alunos ANEE é muito importante pois preciso reconhecer as potencialidades e fragilidades do estudante, perceber o tempo de aprendizagem, descobrir um foco de interesse para fazer a associação com as habilidades do ano ao qual o aluno está cursando. No entanto se faz necessário a compreensão que nem tudo é possível fazer essa adaptação. O aluno necessita integrar se ao cotidiano da turma. Porém dependendo da deficiência do aluno ele integra a turma para conviver com os seus pares, nestes casos a convivência social se sobrepõe ao cognitivo. Eu já tive um aluno com paralisia cerebral e o foco era a parte psicomotora e social. Trazendo para o presente para os alunos atendidos neste ano o foco é prepará-los para aprender o mínimo necessário para a o próximo ano, ou fazer com que aprendam o suficiente para acompanhar o 3º ano que vem.

		Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva? Quanto a realidade do bloco do BIA ou ao 2 bloco não há um trabalho direcionado para estes alunos, isso fica mais a cargo do professor que procura diversos métodos para atingir esses alunos. Infelizmente já ouvi da equipe de aprendizagem ir passando esses alunos para sair logo da escola e problema ir pra outra escola. **Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências?** O que envolve um processo de alfabetização eficaz é um conjunto de fatores: formação do professor, envolvimento da coordenação e equipe gestora(o que não encontro aqui), uma equipe de apoio disposta a observar e propor atividades específicas para os alunos, além de atendimento de uma sala de apoio, o que não há nesta unidade, e participação da família neste processo, no entanto, algumas usam a escola apenas como creche, como um espaço que poderá ficar sem as dificuldades que um filho ANEE traz, particularmente não as condeno, mas sem o apoio destas o professor fica limitado no atendimento que pode dar. **Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante?** Um dos passos importantes no processo de alfabetização que considero importante é o professor utilizar um método que domine. No meu caso me sinto mais apta a aplicar o método fônico intercalando com outros que pesquiso. Outro fator importante é perceber os diversos níveis existentes na sala de aula e fazer momentos em que possa diversificar essas atividades e atingi-los nas suas peculiaridades. Lembrando que nenhum método atingirá todos os alunos da mesma forma, por isso a importância do professor continuar se especializando.
3º B	PROF. 3º B (2023)	**Curso de graduação?** Ciências Biológicas. **Tempo de atuação na educação básica?** 26 anos.

		Qual contexto da sua turma atual? 19 alunos, 1 educadora social, dois alunos com diagnóstico, 6 com estudo, que estão sem acompanhamento para diagnóstico, pela equipe EEAA; **Contexto escolar?** É uma escola pequena com 14 turmas, sendo turmas no 7 matutino e 7 no vespertino, possui 1 coordenadora, sala de informática, sala de leitura, cantina e quadra de esporte. **Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência?** É lindo quando falamos que há inclusão, que as crianças com necessidade especiais estão socializando e aprendendo com as crianças que não possuem deficiências, porém a prática é bem diferente, existe criança com necessidades especiais que adaptam perfeitamente ao ambiente escola regular, desenvolvem cognitivamente, sensitivamente, fisicamente, respeitam as regras, conseguem se autorregular facilitando a aprendizagem e promovendo um ambiente propício para elas e para as outras crianças da turma. Sendo assim, sou a favor da inclusão, pois neste caso facilita o processo de alfabetização, com trabalho personalizado e individualizado. Porém, quando a criança com necessidades especiais dificulta o processo é os comportamentos inadequados agindo com violência, sem respeito as regras proporcionando um ambiente barulhento, onde necessita de contante vigília, prejudica a ela e as outras crianças. **Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva?** Minha turma possui um DI, dois autistas (sem diagnóstico, pois a família não aceita), 1 com ataxia cerebral e 5 que fazem acompanhamento com a equipe de apoio a aprendizagem para possíveis diagnósticos. Uma das alunas possui comportamento agressivo, bate, morde, empurra, outro que fala alto, sem regulação, procrastina em todas as tarefas, 70% com extrema desatenção, com resquícios da pandemia. 80% não alfabetizados, um 3º em nível de final de 1º, 20% que não conhece letras e números.

		Para mim é um desafio, realmente uma realidade bem distinta da teoria, trabalho em grupos separados por níveis de aprendizagens, o que me lembra uma sala multisseriada. É cansativo, mas não há como trabalhar diferente. _____ **Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências?** Respeito o que a criança sabe e trabalha para desenvolver o que ela não sabe. Trabalho com jogos, materiais concretos, livro didático, atividades impressas cadernos, computador, entre outros. Olha cada criança como única, independente se é especial ou não. Não fico presa a um método, gosto de usar o que acho que se encaixa na criança. E se acho que não está funcionando mudo o percurso. _____ **Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante?** O que acho fundamental é as crianças saberem o som, o nome, juntar para formar sílabas, palavras. A partir de então construir frases, textos. Sempre início o processo com um tema gerador como contextualização, pode ser um livro, um filme, uma brincadeira. O texto está sempre presente de diferentes maneiras. Gosto das sequências didáticas. Enfim educação é um desafio, é importante, sim, ter o dom, pois sempre aparecem obstáculos, e nós professoremos, sabemos superá-los, buscando recursos, teorias e energias onde muitas vezes nem sabíamos que tínhamos.

Fonte: *Elaboração da autora.*

7.5 ANÁLISE DA ENTREVISTA

Como apresentada anteriormente, essa pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, realizada, principalmente, por meio da entrevista em interação direta com as docentes.

Para a análise da pesquisa as professoras serão referidas por pseudônimos. Os quais são nomes são fictícios e não devem corresponder a nenhuma pessoa real.

Respeitando as políticas de ética e privacidade da pesquisa, garantindo o anonimato ético das docentes. Os pseudônimos, são:

1. Carolina Silva (PROF. 1º A);
2. Isabela Santos (PROF. 1º B);
3. Mariana Oliveira (PROF. 2º A);
4. Amanda Souza (PROF. 3º A); e
5. Luiza Pereira (PROF. 3º B).

As primeiras quatro perguntas, do bloco de perguntas contextuais, reúnem a caracterização do conjunto de elementos situacionais que auxiliam o leitor a compreender mais profundamente as reflexões aqui mencionadas. Essas cinco primeiras perguntas, são:

1. Curso de graduação;
2. Tempo de atuação na educação básica;
3. Qual contexto da sua turma atual; e
4. Características do contexto escolar a qual participa.

Fonte: *Elaboração da autora.*

As docentes da pesquisa possuem como características serem professoras por mais de 20 anos, sendo em média 25,8 anos na carreira de docência. Em relação ao curso de graduação, somente as docentes do Carolina Silva (PROF. 1º A) e Isabela Santos (PROF. 1º B) tem como formação o curso de pedagogia, a docente Mariana Oliveira (PROF. 2º A) tem formação em letras, a docente Amanda Souza (PROF. 3º A) possui graduação em estudos sociais, já a docente Luiza Pereira (PROF. 3º B) possui formação em ciências biológicas. Somente a docente Carolina Silva informou que possui pós-graduação.

A escola possui três turmas, 1º A, 2º A e o 3º B, reduzidas a partir da integração inversa, com em média 18,3 alunos em cada sala. Já a turma do 1º B e 3º A, são classes comuns inclusivas, com 27 e 21 alunos, respectivamente. As turmas contam com a professora regente e educadoras sociais voluntárias, exceto o 1º A que possui uma monitora.

As docentes concordam que se trata de uma escola de pequeno porte, com 14 turmas, sendo 7 turmas no matutino e 7 no vespertino, com sala de informática, sala de leitura, sala de reforço, cantina e quadra de esporte, que atende a comunidade.

A docente Luiza Pereira, é a única das docentes que realizou uma reflexão para além da quantidade de turmas. De acordo com ela, a escola não apresenta um ambiente favorável ao aluno da inclusão, e não apresenta suporte às docentes envolvidas. O ambiente só passou a oferecer suporte, a partir da insistência da professora sobre o assunto. Ela comenta que apesar de haver atividades fora de sala como o reforço, a professora desligou um aluno, com dificuldades de aprendizagem, ao ser considerado um aluno problema, devido a suas singularidades. De acordo com ela:

> "*Essa professora começou a atender o aluno TOD, no entanto o desligou pois o mesmo dava muito trabalho. Os alunos ANEE atualmente não são atendidos nem pela sala de recursos nem pela equipe de apoio que se limita a fazer relatórios e observá-los ao passar a porta da minha sala que é vizinha a elas."*[5] (PROF. 2º A, 2023)

Na opinião dela, a escola não possui um suporte pedagógico para a docente, comenta ainda que a vice-diretora com a coordenação pedagógica foram hostis com o aluno com TOD. Sendo assim, o docente fica como único responsável pela inclusão. A professora abre ainda mais o diálogo ao mencionar a (pouca) participação da SEEDF, denunciando não haver uma preparação específica, para os docentes em contextos inclusivos.

A segunda parte da entrevista são as questões relacionadas a "concepções de docentes sobre a alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos", buscando responder os objetivos específicos, pois cada pergunta representa um objetivo, as perguntas e objetivos são:

1. Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência (objetivo: entender a função desempenhada pelos docentes para a efetivação da Educação Inclusiva)

[5] As falas das professoras colaboradoras, transcritas diretamente das gravações, aparecem sempre em itálico.

2. Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva (objetivo: analisar a realidade das docentes no bloco do BIA, na modalidade da Educação Especial na rede regular de ensino);
3. Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências (objetivo: descrever princípios e formas de ação docente para a alfabetização dessas crianças em contexto escolar inclusivo); e
4. Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante (objetivo: estimular à reflexão sobre as práticas educativas na perspectiva da inclusão nas escolas regulares).

Para apresentar a análise da segunda parte da entrevista, separou-se a análise de cada docente em tópicos, facilitando a compreensão da análise e buscando maior organização da apresentação textual.

7.5.1 DOCENTE DO 1º A (CAROLINA SILVA)

A docente Carolina Silva, ao responder a primeira pergunta, diz que o papel da professora na sua visão está relacionado a ser uma facilitadora no processo de ensino-aprendizagem. Em relação à realidade do BIA, na segunda pergunta, a docente aborda as diferentes aulas que eles recebem, a partir do projeto Educação com Movimento, onde os alunos têm aula de educação física, duas vezes na semana, os alunos também recebem aula de Informática e um momento na sala de leitura, onde ela afirma que os alunos realizam as atividades de acordo com suas capacidades e limitações.

No processo de alfabetização a professora menciona a importância de conhecer o diagnóstico dos alunos, suas características e potencialidades, dependendo da deficiência. A partir desse conhecimento as docentes têm uma maior chance de realizar uma alfabetização efetiva a esse aluno, também vale ressaltar a importância da flexibilização do currículo e considerar o que é essencial para cada estudante com deficiência, efetivando o processo de aprendizagem.

Em relação à prática de alfabetização da docente, ela considera importante trabalhar com a área de interesse dos alunos, entendendo que a aprendizagem ocorre de formas diferentes para cada estudante. Na sua prática, ela tem a concepção que precisa atuar de forma que os alunos avancem dentro de suas capacidades e

habilidades, lembrando sempre de que todos os alunos têm capacidade de aprender e ser um sujeito ativo em seu processo de aprendizagem.

7.5.2 DOCENTE DO 1º B (ISABELA SANTOS)

A docente Isabela Santos, refletiu na primeira pergunta, sobre o seu papel que:

> "*a alfabetização é um contexto muito importante dentre as etapas de aprendizagem de uma criança, que exige muita paciência, estudos, atualizações das estratégias, o que inclui aquisição de conhecimentos sobre o atendimento às crianças com deficiência, que requer as adequações, para possíveis singularidades, limites, diferenças*" (PROF. 1º B, 2023)

O seu papel na alfabetização é considerar esse processo com a importância que ele tem na literatura, agindo com a responsabilidade profissional que esse cargo possui, exigindo estudos e atualizações das estratégias. A docente parecia estar comprometida com a sua profissão, pois cada criança e cada deficiência exige diferentes atendimentos, adequações conforme a sua necessidade. Na alfabetização já é comum aparecer diferenças de níveis de aprendizagens, o que já requer do professor estratégias diferenciadas, o que tenta dispor aos alunos, buscando materiais de melhor acesso à aprendizagem.

Com isso a docente considera o seu aluno como o foco, a partir dele ela irá atuar para realizar a prática que está mais adequada a suas turmas a partir de estratégias diferenciadas, bem como modo de falar, melhor lugar para a criança se sentar, coleguinhas com quem o aluno se sinta bem, adaptações nas atividades, no material a ser usado como ferramenta para essa aprendizagem.

Na segunda pergunta, a docente diz que a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva, é onde os alunos com deficiência e os demais que ainda não possuem o diagnóstico, são atendidos com os recursos que a escola possui, o que é inferior ao necessário, mesmo com o esforço dos docentes. Sendo assim, os recursos escolares não suprem as necessidades das instituições, distanciando, assim, dos objetivos almejados na Educação Inclusiva.

A terceira pergunta é sobre que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências, a professora apresenta que:

> "*A criança com deficiência precisa estar na escola, com a família e rede de apoio (exemplo: fono, psicóloga, psicopedagógico, atividade físicas, acompanhamentos médicos, atenção intensa dos responsáveis, recursos materiais) o que muitas vezes não se consegue. Tudo isso repercute no*

> *processo da alfabetização e de outras fases da aprendizagem*.” (PROF 1º B, 2023)

Isso quer dizer, que para o processo alfabetização na perspectiva da inclusão é preciso do apoio da família, e a rede de apoio, sendo ela profissionais da saúde que atuam em prol da aprendizagem e da criança com deficiência, os quais devem trabalhar a favor do desenvolvimento dos alunos, gerando assim um suporte ao docente.

Já na quarta pergunta em relação à prática do docente na alfabetização, a professora considera importante: criar a expectativa de bons resultados, criando estratégias para alcançar as crianças nesse processo de alfabetização, com os melhores resultados possíveis. A docente acha importante ressaltar que em sua prática pedagógica:

> “*ainda nos deparamos com situações burocráticas, como tempo limite para redução de alunos na turma, limites para se receber os laudos para se formar turmas para anos seguintes, limitações para se ter monitores ou educadores sociais nas turmas com deficiência (o que no meu ver, esses profissionais já deveriam acompanhar as turmas de alfabetização independente de ter aluno com deficiência e com habilitação na área*).” (PROF 1º B, 2023)

A turma do 1º B é acompanhada por uma educadora social, mas a docente identifica uma dificuldade para eficácia da sua prática, além das situações burocráticas, sendo uma classe comum inclusiva, sem a redução adequada, justamente por conta das questões burocráticas e físicas, já que não há sala para se dividir a turma e o aluno com deficiência foi apresentado posteriormente à formação das turmas.

7.5.3 DOCENTE DO 2º A (MARIANA OLIVEIRA)

Na primeira questão, sobre a opinião do docente sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência, ela considera que os estudantes com deficiência precisam receber atendimento individualizado constantemente.

> “*Dessa forma, consigo perceber os avanços e dificuldades no processo de alfabetização de cada um. Ao perceber dificuldades, é mais fácil traçar as intervenções necessárias para se ter avanço*.” (PROF. 2º A, 2023)

A docente descreve a prática do BIA, para as crianças com deficiência, sendo um espaço que sofre com o número elevado de alunos nas turmas, assim como a professora do 1º B, que descreve o número elevado de alunos como uma dificuldade para a sua prática, mas a qual já está caracterizada como realidade para a maioria dos docentes.

Além do número de alunos, ainda têm falta de monitores e educadores sociais, escassez de recursos adaptados e déficit de profissionais especializados. Como a docente havia mencionado anteriormente, ela sofre com a falta de monitores e educadores sociais, visto que possui uma educadora social por duas horas, o que acaba gerando, também, uma dificuldade para que os estudantes com deficiência recebam o atendimento mais individualizado constantemente.

Para ela, o processo de alfabetização de crianças com deficiências envolve a empatia, "*o colocar-se no lugar do outro e manter um bom relacionamento com a criança. O processo de alfabetização de crianças com deficiência é semelhante aos daqueles considerados "normais*", *realizando as intervenções quando necessário*." A partir dessa fala consegue-se perceber a presença da afetividade na concepção na prática pedagógica da professora.

Em sua prática com alfabetização, ela considera importante uma boa relação com o estudante, a qual é essencial para o processo de ensino e aprendizagem. Como havia mencionado anteriormente, a presença de um acompanhamento individual e diário também é imprescindível. A partir dessas falamos podemos perceber que é um compromisso que ela tem com as crianças em realizar esse acompanhamento mesmo com as dificuldades que ela enfrenta na prática docente. O que novamente está presente como afetividade e responsabilidade ética com seus estudantes.

Na sua concepção, uma escola inclusiva respeita e aceita as diferenças individuais, valorizando a contribuição de cada um e convive harmoniosamente na diversidade humana.

7.5.4 DOCENTE DO 3º A (AMANDA SOUZA)

Para a docente seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência é muito importante "*pois preciso reconhecer as potencialidades e fragilidades do estudante, perceber o tempo de aprendizagem, descobrir um foco de interesse para fazer a associação com as habilidades do ano ao qual o aluno está cursando*."

Ou seja, para ela seu papel está em analisar as necessidades do aluno, para gerar as habilidades essenciais para cada um dos alunos, a professora concebe que nem tudo é possível para a adaptação, é preciso criar estratégias, para que o aluno

integre ao cotidiano da turma. Porém, considerando a singularidade do aluno, o foco pode não ser o social, mas sim o cognitivo, ou o inverso.

> "*Eu já tive um aluno com paralisia cerebral e o foco era a parte psicomotora e social. Trazendo para o presente para os alunos atendidos neste ano o foco é prepará-los para aprender o mínimo necessário para a o próximo ano, ou fazer com que aprendam o suficiente para acompanhar o 3º ano que vem*." (PROF. 3º A, 2023)

Na sua opinião, a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva, o professor tem que procurar diversos métodos e estratégias para atingir os alunos. "*Infelizmente já ouvi da equipe de aprendizagem: ir passando esses alunos para sair logo da escola e problema ir pra outra escola*."

Para a docente, o que está envolvido em um processo de alfabetização eficaz, é um conjunto de fatores:

> "*formação do professor, envolvimento da coordenação e equipe gestora (o que não encontro aqui), uma equipe de apoio disposta a observar e propor atividades específicas para os alunos, além de atendimento de uma sala de apoio, o que não há nesta unidade, e participação da família neste processo. No entanto, algumas usam a escola apenas como creche, como um espaço que poderá ficar sem as dificuldades que um filho ANEE traz, particularmente não as condeno, mas sem o apoio destas o professor fica limitado no atendimento que pode dar."* (PROF. 3º A, 2023)

Um dos passos importantes no processo de alfabetização que ela considera importante é o professor utilizar um método que domine. Em sua prática ela aplica o método fônico, mas pesquisa atividades de outros métodos para ir intercalando.

> "*Outro fator importante é perceber os diversos níveis existentes na sala de aula e fazer momentos em que possa diversificar essas atividades e atingi-los nas suas peculiaridades. Lembrando que nenhum método atingirá todos os alunos da mesma forma, por isso a importância de o professor continuar se especializando*." (PROF 3º A, 2023)

Conforme a seguinte fala da docente:

> "*Outro fator hostil e que apesar de a escola ter vários professores readaptados sem a restrição de alunos, quase todos eles se ocupam com a questão burocrática da escola, ficando alguns poucos para atendimento na biblioteca e sala de informática e uma só professora que atende alguns alunos para reforço. Essa professora começou a atender o aluno TOD, no entanto o desligou pois o mesmo dava muito trabalho."* (PROF. 3º A, 2023)

A partir dessa fala podemos perceber que a escola não leva o PPP em prática, há um intervalo entre o que está dito no documento, "*que os alunos que estão em situação de defasagem ou dificuldades de aprendizagem, recebem o atendimento necessário*" e o que efetivamente ocorre, como a falta desse atendimento e até, segundo a docente, a negação do direito a estar na escola. A presente situação se

caracteriza como um ambiente discriminatório, o qual gera consequências negativas para a autoestima do estudante, além de ferir sua dignidade, o envergonhando.

Cada aluno possui seu próprio ritmo de aprendizagem, dessa forma eles precisam se sentirem acolhidos e pertencentes assim como o aluno que aprende sem dificuldades. A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras. A escola não pode em nenhuma hipótese implantar padrões homogêneos sobre os estudantes.

A partir da situação relatada pela docente, a equipe pedagógica assumiu o papel de espalhar preconceitos, o que vai contra todos os princípios da educação. O processo de inclusão precisa ocorrer para todos os estudantes, a partir da sua efetivação é possível que o preconceito e a exclusão sejam reduzidos significativamente na convivência em sociedade, e a inclusão realmente se faça presente.

Na crença dessa professora, a importância de uma boa equipe gestora orientada para questões pedagógicas e não apenas às questões financeiro-burocráticas ajudam a efetivar a alfabetização, dando suporte e auxílio aos professores. Além da gestão, há o compromisso em reconhecer as potencialidades do estudante, perceber o tempo de aprenda, na alfabetização, de descobrir o interesse do aluno para realizar um planejamento mais adequado à realidade do aluno.

7.5.5 DOCENTE DO 3º B (LUIZA PEREIRA)

Na primeira pergunta sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência, a docente não tem uma opinião concreta formada sobre o seu papel na alfabetização. Assim, declara:

> "*É lindo quando falamos que há inclusão, que as crianças com necessidade especiais estão socializando e aprendendo com as crianças que não possuem deficiências, porém a prática é bem diferente, existe criança com necessidades especiais que adaptam perfeitamente ao ambiente escola regular, desenvolvem cognitivamente, sensitivamente, fisicamente, respeitam as regras, conseguem se autorregular facilitando a aprendizagem e promovendo um ambiente propício para elas e para as outras crianças da turma*." (PROF 3º B, 2023)

Nessa pergunta, embora organize sua resposta questionando as práticas da escola inclusiva, ela demonstra estar a favor da inclusão, pois em sua opinião a

inclusão facilita o processo de alfabetização, mediante um trabalho personalizado e individualizado.

No processo de inclusão a professora encontra como dificuldade os comportamentos inadequados, quando o aluno com deficiência age com violência, desrespeitando as regras, criando um ambiente barulhento, e aí necessita de constante vigília, prejudicando a própria criança e as demais.

Para a docente, a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva, é cansativa e um desafio ao docente. Pois se trata de uma realidade muito diferente daquilo que aparece na literatura.

A docente explica que a realidade da sua turma é complexa, possui um aluno DI, dois autistas (sem diagnóstico, pois a família não aceita), uma com ataxia cerebral e 5 que fazem acompanhamento com a equipe de apoio à aprendizagem para possíveis diagnósticos. É uma realidade onde 70% dos alunos têm uma extrema desatenção, com resquícios da pandemia, 80% não estão alfabetizados, se trata de um 3º ano em um nível de final de 1º ano, já que 20% que não conhece nem letras e nem números.

O processo de alfabetização de crianças com deficiências, envolve o respeito ao que a criança sabe e o trabalho para desenvolver o que ela não sabe, através do trabalho com jogos, materiais concretos, livros didáticos, atividades impressas, cadernos, computador.

Em sua prática com alfabetização, a professora considera importante, as crianças saberem o som, o nome, juntar e formar sílabas, palavras. Pois somente aí adquire habilidades para construir frases, textos. A docente iniciou o processo com recursos pedagógicos lúdicos e criativos, com o tema gerador como contextualização. Ela é adepta das sequências didáticas.

Enfim, para ela a educação é um desafio, "*é importante, sim, ter o dom, pois sempre aparecem obstáculos, e nós professores, sabermos superá-los, buscando recursos, teorias e energias onde muitas vezes nem sabíamos que tínhamos*." (Prof 3º B)

A docente concebe que educação é um desafio, mas de grande importância. Possui a visão de que cada criança é única, independente se é deficiente ou não, ela

compreende que não pode ficar presa a um método. Ela deve utilizar o que se encaixa para a singularidade e o contexto, no qual a criança está inserida.

7.6 REFLEXÕES DA ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa realizada sobre a Educação Inclusiva e a alfabetização de estudantes com deficiência revela a importância essencial do papel dos docentes para a efetivação desse processo. Os resultados evidenciam que os educadores compreendem a relevância de adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, contribuindo assim para um ambiente inclusivo e igualitário de aprendizado.

Ao analisar a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva, identificou-se que os desafios enfrentados por meio das docentes são significativos. A infraestrutura e os recursos materiais adequados, bem como o suporte profissional contínuo, são elementos cruciais para garantir o sucesso da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

O processo de alfabetização de crianças com deficiências envolve princípios e formas de ação docente específicos, tais como a individualização do ensino, a adaptação curricular e o uso de recursos pedagógicos acessíveis. Esses princípios são fundamentais para promover um ambiente escolar inclusivo e propiciar o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos estudantes com deficiência.

Na prática, com a alfabetização, é imperativo adotar uma abordagem inclusiva, reconhecendo e valorizando a diversidade presente nas salas de aula. Flexibilidade, criatividade e colaboração são aspectos-chave para garantir o envolvimento e o progresso de todos os alunos, independentemente de suas capacidades individuais.

Em resumo, a pesquisa enfatiza a importância de uma atuação consciente e comprometida dos docentes na alfabetização de estudantes com deficiência para promover a Educação Inclusiva. Além disso, destaca a necessidade de investimentos e políticas públicas que apoiem e fortaleçam o trabalho dos educadores no bloco do BIA. A implementação de princípios e práticas inclusivas é essencial para assegurar a participação plena de todos os alunos, tornando a escola um espaço de aprendizado enriquecedor e acolhedor para todos.

PERGUNTA - OBJETIVO
1. Qual sua opinião sobre o seu papel na alfabetização dos estudantes com deficiência (objetivo: entender a função desempenhada pelos docentes para a efetivação da Educação Inclusiva):
- Os docentes compreendem sua função como essencial para promover a Educação Inclusiva. - Eles reconhecem a importância de adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.
2. Como você descreveria a realidade do bloco do BIA na perspectiva inclusiva (objetivo: analisar a realidade das docentes no bloco do BIA, na modalidade da Educação Especial na rede regular de ensino):
- As docentes enfrentam desafios significativos no contexto da Educação Especial na rede regular de ensino. - A infraestrutura e os recursos materiais adequados são aspectos que demandam atenção para garantir a inclusão efetiva no bloco do BIA. - Há a necessidade de suporte profissional contínuo para lidar com as diversidades presentes nas salas de aula e garantir a igualdade de oportunidades educacionais.
3. Para você o que envolve o processo de alfabetização de crianças com deficiências (objetivo: descrever princípios e formas de ação docente para a alfabetização dessas crianças em contexto escolar inclusivo):
- Princípios importantes incluem a individualização do ensino e a adaptação curricular. - A utilização de recursos pedagógicos acessíveis e a colaboração entre educadores, familiares e profissionais de saúde são fundamentais. - A formação continuada dos docentes é crucial para aplicar práticas inclusivas e superar os desafios específicos do processo de alfabetização de crianças com deficiências.
4. Fale um pouco sobre sua prática com alfabetização, o que você considera importante (objetivo: estimular à reflexão sobre as práticas educativas na perspectiva da inclusão nas escolas regulares):
- A abordagem inclusiva é valorizada, respeitando a diversidade presente nas salas de aula. - Flexibilidade, criatividade e colaboração são aspectos-chave para garantir o envolvimento e o progresso de todos os alunos. - Investir na capacitação dos educadores é fundamental para refletir sobre suas práticas e impulsionar a inclusão nas escolas regulares.

Fonte: *Elaboração da autora*

Em geral, os resultados da pesquisa destacam a importância do papel dos docentes na alfabetização de estudantes com deficiência para promover a Educação Inclusiva. Eles enfatizam a necessidade de apoio governamental, investimentos e capacitação para lidar com os desafios presentes no bloco do BIA e garantir a igualdade de oportunidades educacionais. A implementação de princípios e práticas inclusivas é essencial para criar um ambiente de aprendizado acolhedor e enriquecedor para todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho planejou entender as concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos. Visto que ao realizar o levantamento bibliográfico observou-se uma lacuna existente na exploração acadêmica sobre as concepções de docentes, bem como uma limitada produção sobre alfabetização de estudantes com deficiência na área de inclusão. Notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de trabalho final de curso com ênfase na compreensão dos docentes sobre como entendem e efetivam a alfabetização de estudantes com deficiência em contextos escolares inclusivos.

A partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritiva e exploratória, para explorar o tema, por meio de uma pesquisa de campo, em uma escola pública de uma região administrativa de Brasília, foram entrevistadas cinco docentes representantes das três séries/anos, do Bloco Inicial de Alfabetização — BIA.

O levantamento bibliográfico, a leitura e análise dos textos, artigos, e a construção dos capítulos, foram uma importante etapa não só para a construção do TCC, mas também como parte da formação da autora. A pesquisa na legislação, literatura e gerou para a autora reflexões, e motivas em continuar escrevendo e estudando sobre a educação e a prática docente.

Como observado durante a pesquisa bibliográfica, não existem muitos estudos sobre como os docentes alfabetizam crianças com deficiência em contextos inclusivos. Mediante a trabalhos como este, podemos incentivar o estudo desse campo, gerando inovações para as práticas pedagógicas nesse contexto, impulsionando a implementação de espaço mais equitativo para essas crianças, jovens e adultos.

Em seus desdobramentos, esse trabalho pode ser usado para mobilizar as pessoas que integram as comunidades escolares para a mudança, por meio de uma Educação Inclusiva, construída democraticamente.

O primeiro objetivo específico foi analisar a realidade das docentes no bloco do BIA, na modalidade da Educação Especial na rede regular de ensino. Verificou-se que os alunos na escola fazem parte do projeto Educação com Movimento, onde os alunos têm aula de educação física, duas vezes na semana, eles também recebem aula de Informática, um momento na sala de leitura, e aulas de reforço.

Entretanto, se a criança é taxada como “aluno problema”, devido às singularidades em seu comportamento, é difícil a permanência dela, nesses momentos fora da sala de aula regular. Além disso, os recursos que a escola possui, são inferiores aos necessários, não suprem as necessidades das instituições, distanciando assim, dos objetivos almejados na Educação Inclusiva.

A utilização do termo “aluno problema” é muito frequente na escola. Utilizado frequentemente ao se referirem a alunos da inclusão ou alunos com dificuldades de aprendizagem. Sendo inadequado e não deve ser utilizado para se referir a alunos com deficiência. Esse termo é considerado pejorativo e estigmatizante, ao sugerir que o aluno é o problema em si, ao invés de reconhecer as necessidades específicas que podem estar relacionadas à sua deficiência.

É fundamental adotar uma abordagem inclusiva e respeitosa ao falar sobre estudantes com deficiência. Em vez disso, é mais apropriado utilizar termos como “aluno com deficiência” ou “aluno que apresenta dificuldade”. Essas expressões reconhecem a diversidade dos alunos e enfatizam a importância de proporcionar suporte, recursos e adaptações para garantir uma Educação Inclusiva e equitativa a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou desafios. O foco deve estar na promoção da acessibilidade, igualdade de oportunidades e valorização das habilidades individuais de cada aluno.

Como analisado, podemos compreender a escola inclusiva como um espaço de participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Como foi observado a partir das concepções das docentes, a falta de um apoio pedagógico às necessidades específicas das crianças com deficiência faz parte do conjunto das faltas que a escola apresenta para receber a todos, crianças e adolescentes, que permitam receber a todos e concretizar um bom atendimento. A escola não organizada acaba se tornando um ambiente discriminatório.

No contexto do processo de inclusão, as professoras enfrentam um desafio significativo que muitas vezes as coloca em uma situação de solidão. Conforme observado a partir das concepções das docentes, a falta de um apoio pedagógico

adequado para atender às necessidades específicas das crianças com deficiência é apenas uma das lacunas presentes nas escolas em relação à inclusão.

Essas professoras se veem diante de um ambiente escolar desorganizado, onde a ausência de recursos e adaptações necessárias dificulta o atendimento adequado a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Essa falta de suporte pode deixá-las se sentindo sobrecarregadas e isoladas, pois lidar com as necessidades individuais de cada aluno, especialmente os que requerem cuidados especiais, pode ser uma tarefa desafiadora e solitária.

A ausência de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo pode tornar a escola um local discriminatório, não só para os alunos com deficiência, mas também para as próprias professoras que lutam para fornecer um bom atendimento a todos. Nesse cenário, é essencial que haja uma conscientização sobre a importância da inclusão e um compromisso institucional para fornecer o apoio necessário às professoras e a todos os envolvidos no processo educacional.

Garantir que as docentes tenham recursos adequados, suporte pedagógico e formação contínua em inclusão é fundamental para que elas se sintam apoiadas e capacitadas a enfrentar os desafios desse processo. Além disso, criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo é uma responsabilidade coletiva que requer a colaboração de toda a comunidade educacional, visando garantir que nenhum aluno ou educador se sinta excluído ou solitário no percurso educativo. Somente assim será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

A falta desse apoio pode fazer com que essas crianças e adolescentes, estejam estagnados, sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade e não equidade de condições de permanência.

Os professores ainda sofrem com o número elevado de alunos nas turmas, gerando uma dificuldade para a prática docente, realidade caracterizada pela maioria dos docentes. A realidade do BIA é cansativa e se torna um desafio para os docentes. Eles se referem a uma série de dificuldades para as quais, não encontram solução, já que extrapola o contexto da escola, indo além da gestão, como a falta de investimento.

O trabalho docente no BIA, está ligado a um compromisso do profissional em procurar diversas estratégias e métodos, para alcançar os alunos. Infelizmente

equipes de aprendizagem decidem pela promoção automática para que esses alunos saiam de sua responsabilidade indo para outras escolas, como se observa na fala da docente do 3º A.

Ao refletir sobre o segundo objetivo, descrever princípios e formas de ação docente para a alfabetização dessas crianças em contexto escolar inclusivo. Foi possível perceber que: para os docentes terem uma maior chance de realizar uma alfabetização efetiva aos alunos, as docentes acreditam ser necessário o conhecimento do diagnóstico dos alunos, suas características e potencialidades, e também a flexibilização do currículo, considerando o que é essencial para cada estudante.

A ação docente é potencializada com o apoio familiar, e a rede de apoio ao aluno, como profissionais da saúde que atuam em prol da criança. Deve ser caracterizada pela empatia e o respeito. O docente deve trabalhar sempre buscando estratégias que potencializem o desenvolvimento, fazendo adaptações, mudando métodos, investindo o conhecimento em novas práticas e realizando as intervenções quando necessário, podendo mudar o tempo entre as crianças para se desenvolverem. É necessário a visão sobre o que cada criança é capaz de se desenvolver, dentro de suas singularidades.

Os princípios e formas de ação docente para a alfabetização são diversos, os processos envolvem várias áreas da docência, englobam a formação do professor, a participação da coordenação e equipe gestora, o ambiente escolar como um espaço potencializador de desenvolvimento.

No terceiro objetivo, busca entender a função desempenhada pelos docentes para a efetivação da Educação Inclusiva. O que permitiu entender que o papel do docente na Educação Inclusiva está relacionado em ser um facilitador no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

O foco da Educação Inclusiva, é o aluno, com isso docente parecia estar compromissado com a sua profissão, considerando o processo de aprendizagem com a importância que ele tem. Seu papel é agir com a responsabilidade profissional que esse cargo possui, exigindo estudos, atualizações das estratégias.

Depois, o objetivo específico quatro, estimular à reflexão sobre as práticas educativas na perspectiva da inclusão nas escolas regulares. A pesquisa permitiu que as docentes falassem um pouco sobre sua prática com alfabetização. As docentes consideram importante trabalhar com a área de interesse dos alunos, entendendo que a aprendizagem ocorre de formas diferentes para cada estudante. Cada aluno tem capacidades e habilidades. Elas procuram estratégias para alcançar as crianças nesse processo de alfabetização, com melhores resultados possíveis. Por meio de uma boa relação com o estudante, o processo de ensino e aprendizagem.

Aspectos como estes que visam à reflexão, à discussão, ao enriquecimento do conhecimento e a ações práticas que proporcionem a sua implementação e/ou reprodução em outros ambientes educacionais, a fim de oferecer às discentes opções pedagógicas que proporcionem maiores possibilidades de estarem efetivamente incluídos no contexto escolar de forma genuinamente significativa.

Acreditamos que os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados e que as concepções dos docentes, constituem expressões genuínas do percurso do saber pedagógico que essas docentes obtiveram no exercício da função.

Mesmo que a Educação Inclusiva esteja presente constantemente nas discussões docentes, verifica-se que a sua prática com eficiência tem um longo percurso a percorrer, até que se possamos considerar que ela se tornou uma prática efetiva na educação. Respeitando assim, as leis e documentos oficiais, a partir do direito a todos à educação.

As concepções estão embasadas nas suas práticas pedagógicas, mas também nos pressupostos teóricos e os caminhos metodológicas, percorridos. É a partir dessas concepções e na relação com o contexto social em que vive que cada professor ensina e interage em sala de aula com seus alunos.

O trabalho docente se materializa a partir de complexidades do processo de aprendizagem, como processo humano. Por isso, as docentes se apoiam em caminhos que implicam estudo, estratégias, metodologias, apoio e troca de ideias, para realizar articulações que possam promover uma aprendizagem significativa, conforme o que o estudante precisa em sua trajetória acadêmica.

No contexto do trabalho docente, a afetividade desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente educacional saudável e enriquecedor. As relações afetivas entre professores e estudantes contribuem para fortalecer o vínculo entre eles, fomentando um clima de confiança, respeito e empatia. Ao se basearem em caminhos que envolvem estudo, estratégias, metodologias, apoio mútuo e troca de ideias, os docentes têm a oportunidade de estabelecer conexões significativas com os alunos, entendendo suas necessidades individuais, motivações e interesses. Essa abordagem afetiva possibilita a realização de articulações pedagógicas mais eficazes, permitindo que a aprendizagem seja direcionada e personalizada, considerando o que é mais relevante e adequado para cada estudante em sua trajetória acadêmica. A afetividade produzida nessas relações, aliada ao comprometimento com a excelência educacional, contribui para a formação de cidadãos mais completos e engajados em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Em resumo, o trabalho pedagógico na alfabetização e letramento na Educação Inclusiva exige uma constante reflexão sobre as práticas e abordagens adotadas. É fundamental reconhecer a diversidade como um valor e promover um ensino adaptado e flexível, que valorize as particularidades de cada aluno. Ao criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes se sintam pertencentes, os educadores estarão contribuindo para uma educação mais justa e igualitária, onde cada criança possa desenvolver plenamente suas habilidades e potencialidades.

Com isso, faz-se necessário que outras pesquisas sejam realizadas, oportunizando que outros docentes sejam ouvidos e que novas ideias sejam compartilhadas para que, assim, as reflexões impulsionem os docentes a acreditarem que as crianças são capazes. Aos docentes cabe criar estratégias para assumirem o centro, o foco de seus processos de aprender. Para isso acontecer é preciso que os docentes estejam compromissados com a sua profissão, motivados a gerar um ambiente propício à alfabetização, à aprendizagem e aos desenvolvimentos de todas as crianças da turma, sendo um espaço equitativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm>

SANTOS, Geandra Cláudia Silva. **MARTÍNEZ**, Albertina Mitjáns. **A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 253-268, 2016.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica.** In: TACCA, M. C. (Org.). Aprendizagem e Trabalho pedagógico. 1ed.Campinas: Alínea, 2006, v. 1, p. 29-44.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

MOURA, Anna Regina Lanner. **MEMORIAL: FAZENDO-ME PROFESSORA**. Cadernos CEDES [online]. 1998, v. 19, n. 45, pp. 24-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000200003>

FRAGA, Rose Mary Pereira. **VICTOR**, Sonia Lopes. **"CONHECIMENTOS E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES ACERCA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL."** Revista Brasileira De Alfabetização 15 (2021): 47-62. Web. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_47249_rba2021493>

AMARALINA, Miranda De Souza. **"AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS – NEES."** Tendencias Pedagógicas 31 (2018): 97-112. Web. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001260156>

JÚNIOR, Lopes Batista. **RIBAMAR**, José. **SATO**, Denise Tamaê Borges. **"A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O PAPEL DO EDUCADOR ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: DISCURSO, IDENTIDADE E LETRAMENTO."** Revista Latino-americana De Estudios Del Discurso 2 (2019): 111-27. Web. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001370829>

CUNHA, R. F. P., and A. L. L. Gomes. **"CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR**." Práxis Educativa (Ponta Grossa, Paraná, Brazil) 12.2 (2017): 414-29. Web. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001208083>

CASTILHO, Maria Suely dos Santos. **"INCLUSÃO ESCOLAR: CARÊNCIAS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR E POLÍTICA NACIONAL DE Educação Inclusiva."** Revista Internacional De Apoyo a La Inclusión, Logopedia, Sociedad Y Multiculturalidad 5.1 (2019): 37-50. Rede. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_dialnet_primary_oai_dialnet_unirioja_es_ART0001324839>

ZIESMANN, Cleusa Inês. **INCLUSÃO, EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY.** 2018. Web. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_pucrs_repository_oai_repositorio_pucrs_br_10923_14781>

HOÇA, Liliamar. **"ELEMENTOS QUE ENTRELAÇAM O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS."** Intersaberes 14.32 (2019): 473-90. Web. Disponível em: <http://ttps://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_47249_rba2021493>

SILVA, Jarlisse Nina Beserra da. **SÁ-SILVA**, Jackson Ronie. **LIMA**, Marcia Raika e Silva. (2022). **AFLUENTES QUE IRRIGAM OS TERRITÓRIOS DOS DISCURSOS DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS SALAS DE ENSINO REGULAR**. Devir Educação, 6 (1), e–534. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_829738109e004464bd138bbce29234c1>

BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes. **SATO**, Denise Tamaê Borges. **A inclusão de pessoas com deficiência e o papel do educador especializado na escola regular: discurso, identidade e letramento.** Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 111–127, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33141>

PEREIRA. Fraga. **MARY**, Rose. **VICTOR**, Sonia Lopes. **Conhecimentos e Concepções de Professores Acerca do Processo de Alfabetização da Criança com Deficiência Intelectual**. Revista Brasileira De Alfabetização 15 (2021): 47-62. Web. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba2021493>

SOUZA, Amaralina Miranda de. **As Práticas Pedagógicas E a Inclusão Dos Estudantes Com Necessidades Educacionais Específicas – NEES**. Tendencias Pedagógicas 31 (2018): 97-112. Web. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6383449.pdf>

ESTEBAN, Maria Teresa. **Diferença na sala de aula: desafios e possibilidades para a aprendizagem**. In: GARCIA, Regina Leite & ZACCUR, Edwiges (org) Alfabetização – reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes. São Paulo. Cortez, 2008.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LDBE. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691412/artigo-32-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996#:~:text=%C2%A7%202%C2%BA%20Os%20estabelecimentos%20que,do%20respectivo%20sistema%20de%20ensino>.

SCHEFFER, Denise da Costa Dias. **DA SILVEIRA**, Dieison Prestes. **SOARES,** Etyane Goulart. **DA SILVA**, Geovane Barbosa. **DA SILVEIRA**, Adriele Prestes. **FEISTLER**, Thalia Nunes Ferreira. DOS SANTOS, Raphael Gomes. **DOS SANTOS**, Ananda Rodrigues. **A importância da avaliação no processo de ensino e aprendizagem: Um debate provocativo no campo da educação**. In.: Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 6, n. 8 , p.57441-57449. Curitiba: aug. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14870>

SILVA, Josefa Natali. **SILVA**, Josefa Silvana. **COUTINHO**, Diógenes José Gusmão. **As concepções dos professores e as práticas avaliativas**. In.: Revista ESPACIOS, Vol. 41 (23). Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a20v41n23/a20v41n23p01.pdf>.

VENÂNCIO, Ana Paula. **DA SILVA**, Tiago Ribeiro. **MENDES**, Priscila. **SAMPAIO, Carmen** Sanches. **A participação das crianças no processo de avaliar o aprender ensinar a ler e a escrever: desafio(s) para a prática pedagógica?** Rio de Janeiro.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4 Educação Básica. **Diretrizes Curriculares.**

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

SOARES, Magda Becker. **Discurso de Magda Soares** [Mai. 20151. Belo Horizonte: Ceale-JFMG, institucional, 08 de maio de 2015. Disponivel em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/cde-magda-soares.html>

SOARES, Magda. **Letramento**. 7. ed. São Paulo. Contexto, 2017 E-book.

SOARES, Magda. Letramento em texto didático: O que é letramento e alfabetização? In: **SOARES**, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

SOARES, Magda. O que é letramento? **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. SOARES, Magda; BATISTA. Antônio Augusto Gomes. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

SOARES, Magda. **O que é alfabetização?** In: **SOARES,** Magda**; BATISTA.** Antônio Augusto Gomes**.** Alfabetização e letramento: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

DINIZ, Débora. Modelo social da deficiência. In: **DINIZ**, Débora. Coleção Primeiros Passos - O que é deficiência. São Paulo : Brasiliense, 2007.

APÊNDICES

APÉNDICE A

28 Resultados dos descritores "Deficiência e Concepções de professores", sem critérios de inclusão.

Trabalhos	Autor	Título	Ano
1	Paz-maldonado, Eddy	La Inclusión Educativa Del Estudiantado Universitario En Situación De Discapacidad En Honduras	2021
2	Mercado, Elisângela Leal De Oliveira	A visão dos professores do atendimento educacional especializado acerca do trabalho desenvolvido e da formação oferecida	2021
3	DINIZ, Etiene Paula Da Silva; SILVA, Aline Maira Da	Perspectivas de Estudantes com Deficiências Sobre Facilitadores e Barreiras nas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul	2021
4	RODRIGUES, Ednalva Gutiérrez GONTIJO, Cláudia Maria Mendes DRAGO, Rogério	Formação de Professores e Método de Ensino para Crianças Surdas	2020
5	ALVES, Helena Cristiane Viana; CAMPOS, Juliane A. De Paula Perez	Atuação docente na sala de recursos multifuncionais da rede municipal de Macapá/AP	2020
6	Lustosa, Francisca Geny; Ribeiro, Disneylândia Maria	Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior: requisitos de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes	2020
7	Kranz, Cláudia Rosana; Campos,herculano Ricardo	Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas	2020
8	Jürgensen, Bruno Damien Da Costa Paes	"Lendo e escrevendo o mundo" com Matemática: estudando trigonometria com alunos do 9° ano do Ensino Fundamental	2019
9	Oliveira, Ana Flávia Teodoro De Mendonça Araújo, Clarissa Martins De	Discursos sobre a surdez no Portal do Professor do MEC: desnaturalizando estereótipos e essencializações	2019
10	Mesquita, Bárbara Andressa Mendonça De Rocha Baptista, Tadeu João Ribeiro	A concepção de docentes do curso de educação física: sobre o acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior	2019
11	Cidrão, Georgyana Gomes; Alves, Francisco Régis Vieira	Contribuições da Didática Profissional na formação de professores: um estudo sobre conjuntos numéricos	2019

12	Costa, Mariela Cristina De Aguiar; Carvalho-freitas, Maria Nivalda De; Freitas, Marina Carvalho	Qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual: perspectiva dos professores	2019
13	Castilho Dos Santos, Maria Suely	Inclusão Escolar: carências e desafios da formação continuada e atuação profissional docente na inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular e Política Nacional de Educação Inclusiva	2019
14	Cueto, Mario Diaz Del; Astudillo, Ariel Villagra; Oliva, Francisco Javier Castejón	Coordenação entre professores de educação física e fisioterapeutas nas aulas de educação física: o caso da comunidade autônoma de madrid na espanha	2019
15	Maturana, Ana Paula Pacheco Moraes; Mendes, Enicéia Gonçalves; Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho	Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual: Perspectivas da Família e da Escola	2019
16	Cortes, Vanessa Stangherlin Machado Paixão	Interfaces acessíveis para usuários que são cegos: um método de representação tátil e sonora da informação em bioinformática estrutural	2019
17	Gesser, Marivete; Martins, Reginaldo Medeiros	Contribuições de um Programa de Formação de Professores para a Educação Inclusiva	2019
18	Mello, Alessandra De Fátima Giacomet; Hostins, Regina Célia Linhares	Construção mediada e colaborativa de instrumentos de avaliação da aprendizagem na escola inclusiva	2018
19	VARGAS, Adriana; PORTILHO, Evelise Maria Labatut	Representações Sociais e Concepções Epistemológicas de Aprendizagem de Professores da Educação Especial	2018
20	ANDRADE, Mirela Moreno De Almeida; ARAÚJO, Rita De Cássia Tibério	Características de Alunos com Deficiência Física na Percepção de Seus Professores: um Estudo sob os Parâmetros Conceituais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde	2018
21	Ross, Paulo Ricardo	A Linguagem e o Nascimento do Outro: contribuições para a formação do professor	2018
22	Lunardi Padilha, Anna Maria	A obra de Maria Irma H. Coudry: Neurolinguística Discursiva como	2018

		revolução conceitual-metodológica para os estudos da educação especial	
23	Ziesmann, Cleusa Inês	Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na educação básica na perspectiva de Vygotsky	2018
24	Anache, Alexandra Ayach; Cavalcante, Lysa Duarte	Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior	2018
25	Viali, Lorí	As abordagens metodológicas e o perfil dos professores que lecionam estatística no ensino superior	2018
26	Zafani, Mariana Dutra; Gregorutti, Carolina Cangemi; Baleotti, Luciana Ramos	Concepção de professores sobre a tarefa de casa e seu emprego junto ao aluno com deficiência física	2017
27	Ferreira, Robinalva	Metodologias ativas na formação de estudantes de uma universidade comunitária catarinense: trançado de avanços e desafios	2017
28	Cunha, RFP; Gomes, TODOS	Concepções de professores de Educação Física sobre inclusão escolar	2017

Fonte: *Elaboração da autora.*

APÉNDICE B

Carta de apresentação, apresentada à vice-diretora da unidade escolar

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação
Departamento de Teoria e Fundamentos - TEF
Área de Ed. Especial/Inclusiva

Brasília, 06 de abril de 2023

APRESENTAÇÃO

À Direção da Escola Classe Colônia Agrícola Vicente Pires - ECCAVP

Apresento a aluna Nicole Costa, matrícula nº 190043946, que no primeiro semestre de 2023 está matriculada no Trabalho de Conclusão de Curso como minha orientanda, desenvolvendo trabalho de pesquisa com o título provisório Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos. **A disciplina não se constitui no estágio curricular do curso de Pedagogia**.

Em atenção às necessidades da elaboração do trabalho, solicito que a estudante visite o estabelecimento de ensino dirigido por VSª para fins de planejamento e elaboração da pesquisa na sua instituição.

De antemão, agradeço a oportunidade e me coloco ao inteiro dispor para intercâmbio de informações e atividades.

Profª Drª Cristina M. Madeira Coelho
Mat UnB 1013904 tel 999648574
Cristina.madeira.coelho@gmail.com

APÉNDICE C

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), docente do 1º A

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de junho de 2023

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada,

Gostaria de convidá-la oficialmente para colaborar com a minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito necessário para a graduação do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília.

A pesquisa tem o título provisório de Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos e pretendo desenvolver procedimentos que podem ser mais livres como observações realizadas em salas de aula, dinâmicas conversacionais ou envolver algum instrumento mais diretivo, como um questionário ou uma entrevista semiestruturada.

Será seguida a garantia da confidencialidade com a sua identidade sendo preservada, ou seja, sem a identificação de sua participação. Sua participação é voluntária e você pode, em qualquer momento, desistir de participar na pesquisa.

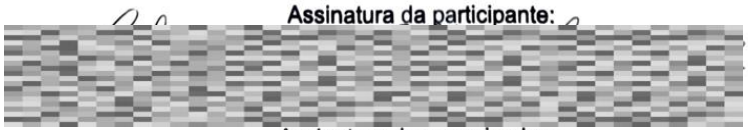
Assim, sinta-se à vontade para aceitar ou não, podendo mudar de ideia durante o percurso. O período de realização da pesquisa será entre maio e junho de 2023 e a utilização da pesquisa será somente para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida, não hesite em entrar em contato comigo via e-mail (nicole.costa.ni@gmail.com) ou telefone (61 97402-5635), ou em contato com a professora Drª Cristina Massot Madeira Coelho, da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB, por e-mail (cristina.madeira.coelho@gmail.com) ou telefone (61-99964-8574).

Caso aceite, por gentileza assine abaixo. Agradeço desde já.

DECLARO QUE LI E ENTENDI ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO E QUE VOU SER VOLUNTÁRIO (A) A TOMAR PARTE NESTE ESTUDO.

Assinatura da participante:



Assinatura da pesquisadora:

Nicole Costa

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), docente do 1º B

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de junho de 2023

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada,

Gostaria de convidá-la oficialmente para colaborar com a minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito necessário para a graduação do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília.

A pesquisa tem o título provisório de Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos e pretendo desenvolver procedimentos que podem ser mais livres como observações realizadas em salas de aula, dinâmicas conversacionais ou envolver algum instrumento mais diretivo, como um questionário ou uma entrevista semiestruturada.

Será seguida a garantia da confidencialidade com a sua identidade sendo preservada, ou seja, sem a identificação de sua participação. Sua participação é voluntária e você pode, em qualquer momento, desistir de participar na pesquisa.

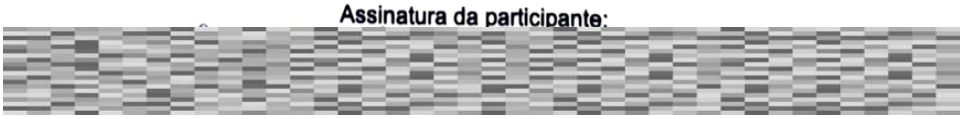
Assim, sinta-se à vontade para aceitar ou não, podendo mudar de ideia durante o percurso. O período de realização da pesquisa será entre maio e junho de 2023 e a utilização da pesquisa será somente para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida, não hesite em entrar em contato comigo via e-mail (nicole.costa.ni@gmail.com) ou telefone (61 97402-5635), ou em contato com a professora Drª Cristina Massot Madeira Coelho, da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB, por e-mail (cristina.madeira.coelho@gmail.com) ou telefone (61-99964-8574).

Caso aceite, por gentileza assine abaixo. Agradeço desde já.

DECLARO QUE LI E ENTENDI ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO E QUE VOU SER VOLUNTÁRIO (A) A TOMAR PARTE NESTE ESTUDO.

Assinatura da participante:



Assinatura da pesquisadora:

Nicole Costa

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), docente do 2º A

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de junho de 2023

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada,

Gostaria de convidá-la oficialmente para colaborar com a minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito necessário para a graduação do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília.

A pesquisa tem o título provisório de Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos e pretendo desenvolver procedimentos que podem ser mais livres como observações realizadas em salas de aula, dinâmicas conversacionais ou envolver algum instrumento mais diretivo, como um questionário ou uma entrevista semiestruturada.

Será seguida a garantia da confidencialidade com a sua identidade sendo preservada, ou seja, sem a identificação de sua participação. Sua participação é voluntária e você pode, em qualquer momento, desistir de participar na pesquisa.

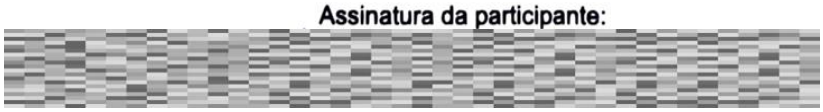
Assim, sinta-se à vontade para aceitar ou não, podendo mudar de ideia durante o percurso. O período de realização da pesquisa será entre maio e junho de 2023 e a utilização da pesquisa será somente para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida, não hesite em entrar em contato comigo via e-mail (nicole.costa.ni@gmail.com) ou telefone (61 97402-5635), ou em contato com a professora Drª Cristina Massot Madeira Coelho, da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB, por e-mail (cristina.madeira.coelho@gmail.com) ou telefone (61-99964-8574).

Caso aceite, por gentileza assine abaixo. Agradeço desde já.

DECLARO QUE LI E ENTENDI ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO E QUE VOU SER VOLUNTÁRIO (A) A TOMAR PARTE NESTE ESTUDO.

Assinatura da participante:



Assinatura da pesquisadora:

Nicole Costa

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), docente do 3º A

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de junho de 2023

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada,

Gostaria de convidá-la oficialmente para colaborar com a minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito necessário para a graduação do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília.

A pesquisa tem o título provisório de Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos e pretendo desenvolver procedimentos que podem ser mais livres como observações realizadas em salas de aula, dinâmicas conversacionais ou envolver algum instrumento mais diretivo, como um questionário ou uma entrevista semiestruturada.

Será seguida a garantia da confidencialidade com a sua identidade sendo preservada, ou seja, sem a identificação de sua participação. Sua participação é voluntária e você pode, em qualquer momento, desistir de participar na pesquisa.

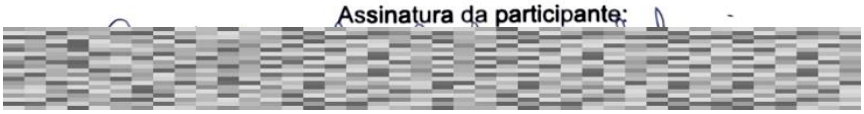
Assim, sinta-se à vontade para aceitar ou não, podendo mudar de ideia durante o percurso. O período de realização da pesquisa será entre maio e junho de 2023 e a utilização da pesquisa será somente para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida, não hesite em entrar em contato comigo via e-mail (nicole.costa.ni@gmail.com) ou telefone (61 97402-5635), ou em contato com a professora Drª Cristina Massot Madeira Coelho, da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB, por e-mail (cristina.madeira.coelho@gmail.com) ou telefone (61-99964-8574).

Caso aceite, por gentileza assine abaixo. Agradeço desde já.

DECLARO QUE LI E ENTENDI ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO E QUE VOU SER VOLUNTÁRIO (A) A TOMAR PARTE NESTE ESTUDO.

Assinatura da participante:



Assinatura da pesquisadora:

Nicole Costa

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), docente do 3º B

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de junho de 2023

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada,

Gostaria de convidá-la oficialmente para colaborar com a minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito necessário para a graduação do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília.

A pesquisa tem o título provisório de Concepções de docentes sobre alfabetização de estudantes com Deficiência em contextos escolares inclusivos e pretendo desenvolver procedimentos que podem ser mais livres como observações realizadas em salas de aula, dinâmicas conversacionais ou envolver algum instrumento mais diretivo, como um questionário ou uma entrevista semiestruturada.

Será seguida a garantia da confidencialidade com a sua identidade sendo preservada, ou seja, sem a identificação de sua participação. Sua participação é voluntária e você pode, em qualquer momento, desistir de participar na pesquisa.

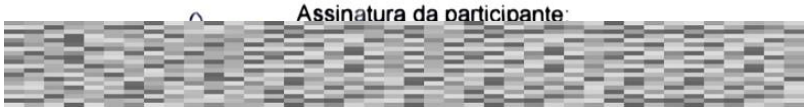
Assim, sinta-se à vontade para aceitar ou não, podendo mudar de ideia durante o percurso. O período de realização da pesquisa será entre maio e junho de 2023 e a utilização da pesquisa será somente para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida, não hesite em entrar em contato comigo via e-mail (nicole.costa.ni@gmail.com) ou telefone (61 97402-5635), ou em contato com a professora Drª Cristina Massot Madeira Coelho, da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UNB, por e-mail (cristina.madeira.coelho@gmail.com) ou telefone (61-99964-8574).

Caso aceite, por gentileza assine abaixo. Agradeço desde já.

DECLARO QUE LI E ENTENDI ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO E QUE VOU SER VOLUNTÁRIO (A) A TOMAR PARTE NESTE ESTUDO.

Assinatura da participante:



Assinatura da pesquisadora:

Nicole Costa